

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

O MITO DO BOLSONARISMO:
NEOLIBERALISMO E POPULISMO DE
DIREITA NO BRASIL

JOSÉ VICENTE MARINATO DUARTE

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O mito do bolsonarismo: neoliberalismo e populismo de direita no Brasil

JOSÉ VICENTE MARINATO DUARTE

Sob a Orientação da Professora

Dr^a Mayra Goulart da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Novembro de
2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D812m Duarte, José Vicente Marinato, 1997-
 O mito do bolsonarismo: neoliberalismo e populismo
 de direita no Brasil / José Vicente Marinato Duarte.
 Nova Iguaçu , 2024.
 80 f.

 Orientadora: Mayra Goulart da Silva.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
 Ciências Sociais, 2024.

 1. Populismo. 2. Neoliberalismo. 3. Bolsonarismo.
 I. da Silva, Mayra Goulart, 1985-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais III.
 Título.


O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS


JOSÉ VICENTE MARINATO DUARTE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/11/2024

Documento assinado digitalmente
 **MAYRA GOULART DA SILVA**
Data: 05/12/2024 17:42:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Mayra Goulart da Silva
UFRRJ
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO JOSUE MEDEIROS DE FREITAS**
Data: 28/11/2024 12:36:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas
UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 **THEOFILO CODECO MACHADO RODRIGUES**
Data: 05/12/2024 16:56:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Theófilo Codeço Machado Rodrigues
IUPERJ-UCAM

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à pessoa que é a razão de eu ter chegado até aqui, minha mãe. Sem seu amor e apoio nada disso seria possível. Agradeço também a meu pai, meu padrasto, meus avós e meus irmãos.

Agradeço aos preciosos amigos que me acompanharam ao longo desta jornada: Leticia, Leonardo, Victória, Antônio, Felipe, Carolina, Yan, Giulia, Alexandre, Andressa, Anaís. Muito obrigado, de verdade. É um prazer dividir a vida com vocês.

Muito obrigado à CAPES por ter financiado minha pesquisa e aos professores do PPGCS por todos os ensinamentos.

Agradeço especialmente à minha orientadora por todo incentivo, amizade, conversas, conselhos e por sempre ter acreditado em mim e na nossa pesquisa. Obrigado por ter mudado minha trajetória.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, meu amor e melhor amigo.

Este trabalho também é um pouco de todos vocês. Muito obrigado!

RESUMO

DUARTE, José Vicente Marinato. **O mito do bolsonarismo: neoliberalismo e populismo de direita no Brasil**. 2024. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o bolsonarismo como uma identidade política no Brasil. Partindo de uma perspectiva macro, o estudo considera a consolidação da hegemonia neoliberal em escala internacional e seus impactos na formação dos sujeitos. A análise observa como a implementação de uma racionalidade neoliberal estabelece os valores de mercado como princípios sociais, promovendo um individualismo exacerbado. A partir da revisão bibliográfica, o estudo evidencia uma conexão intrínseca entre a teoria neoliberal e a moralidade tradicional, demonstrando a relevância do neoliberalismo como base ideológica para o bolsonarismo. Ademais, a pesquisa examina a formação dos sujeitos e das identidades políticas e sua integração à lógica populista, fundamentando-se na abordagem teórica de Ernesto Laclau. Em especial, analisa-se como o discurso populista organiza demandas sociais, consolidando o bolsonarismo como uma identidade coesa. Este trabalho visa, portanto, oferecer uma contribuição teórica para o entendimento de identidades políticas no Brasil.

Palavras-chave: bolsonarismo, neoliberalismo, populismo, identidades políticas

ABSTRACT

DUARTE, José Vicente Marinato. **The myth of bolsonarism: neoliberalism and right-wing populism in Brazil.** 2024. 81p. Master's thesis (Master's in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Department of Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This research aims to analyze Bolsonarism as a political identity in Brazil. Taking a macro perspective, the study considers the consolidation of neoliberal hegemony on an international scale and its impacts on subject formation. The analysis observes how the implementation of neoliberal rationality establishes market values as social principles, promoting an exacerbated individualism. Based on a literature review, the study reveals an intrinsic connection between neoliberal theory and traditional morality, demonstrating the relevance of neoliberalism as an ideological foundation for Bolsonarism. Furthermore, the research examines the formation of subjects and political identities and their integration into populist logic, grounded in the theoretical framework of Ernesto Laclau. It analyzes how populist discourse organizes social demands, consolidating Bolsonarism as a cohesive identity. This work, therefore, seeks to offer a theoretical contribution to the understanding of political identities in Brazil.

Keywords: bolsonarism, neoliberalism, populism, political identities

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Demandas e equivalências.	42
Figura 2 - Organização das cadeias enunciativas do bolsonarismo.	54
Figura 3 - Ciclos e tensões cismogênicas.	61

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Tipificação das Ênfases das Análises do Bolsonarismo.	50
Tabela 2. Fronteira antagônica no discurso bolsonarista.	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - DA HEGEMONIA ANGLO-AMERICANA À RACIONALIDADE NEOLIBERAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E MORAIS DO PROJETO NEOLIBERAL	3
1.1 DA INSTABILIDADE À HEGEMONIA NEOLIBERAL	4
1.2. A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO NEOLIBERAL	9
1.3 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA	12
1.4 OS FUNDAMENTOS MORAIS DO NEOLIBERALISMO	18
1.5. TRADIÇÃO E LIBERDADE	23
CAPÍTULO II - ENTRE O VAZIO E A REPRESENTAÇÃO: TEORIA DO DISCURSO E A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS	27
2.1 A HEGEMONIA NEOLIBERAL E O RETORNO DA POLÍTICA	27
2.2. O SUJEITO DA POLÍTICA	30
2.3 DISCURSO E SIGNIFICANTES VAZIOS.	37
2.4. POPULISMO ENQUANTO LÓGICA POLÍTICA.	40
CAPÍTULO III - IDENTIDADE E ANTAGONISMO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO BOLSONARISTA	47
3.1 RAÍZES DO BOLSONARISMO	48
3.2 O DISCURSO BOLSONARISTA E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA ANTAGÔNICA	51
3.3. MECANISMOS DIGITAIS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO BOLSONARISMO.	55
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca investigar a relação entre neoliberalismo e populismo de direita no Brasil, especificamente na formação de uma nova identidade política, o bolsonarismo. A pesquisa se insere em um contexto no qual a ascensão global de governos populistas de direita vem suscitando diversos debates acadêmicos. Há uma percepção por parte dos autores que buscam compreender esse fenômeno de que a racionalidade neoliberal e o conservadorismo moral são duas lógicas distintas que se articulam em figuras populistas de direita. Este trabalho, contudo, seguindo o argumento de Brown (2018), sugere que esta não é uma associação contingente, mas está inscrita na própria origem da racionalidade neoliberal enquanto projeto político. Esta perspectiva é fundamentada, sobretudo, na análise de textos seminais do pensamento neoliberal, em particular os de Friedrich Hayek. Neles estão evidenciados como mercado e moral são concebidos a partir de uma ontologia comum de ordens que evoluem espontaneamente baseados na tradição. Assim, a moral conservadora tradicional não é somente compatível com o neoliberalismo, mas um de seus próprios fundamentos axiológicos, operando como contenção frente a demandas por justiça social e intervenção estatal.

É necessário, nesse sentido, compreender a emergência do bolsonarismo a partir de uma perspectiva multidisciplinar, que articule as dimensões econômica, política, social e cultural. Pretendemos demonstrar de que maneira o neoliberalismo, enquanto política, foi fundamental para a constituição de identidades políticas autoritárias através de dois mecanismos principais: a atomização de relações sociais e a erosão de laços de solidariedade, fragilizando as bases da democracia liberal; e a mobilização de valores tradicionais e religiosos como forma de legitimar a ordem social.

A hipótese desenhada neste estudo é que estas características do neoliberalismo criam um terreno propício para o surgimento de identidades políticas populistas de direita. Em tempos de crise na democracia, o sistema político tradicional se mostra incapaz de responder às demandas sociais, levando à formação de novas articulações políticas como forma de solucionar este problema, articulações estas que podem assumir um caráter autoritário. Nesse sentido, o desenvolvimento desta análise se dá a partir da mobilização de um arcabouço teórico abrangente que combina diferentes campos de conhecimento e perspectivas analíticas.

A pesquisa divide-se em três capítulos e sua estrutura foi elaborada de forma a desenvolver uma análise progressiva que conecta a emergência histórica do neoliberalismo com a formação contemporânea de identidades políticas autoritárias. O primeiro capítulo reconstrói

o processo histórico de estabelecimento da hegemonia neoliberal no pós-guerra, enfatizando o conjunto de políticas e práticas que construíram esta nova ordem global, moldando a economia internacional como um todo, mas operando também a reestruturação das bases sociais e políticas internas aos Estados. Ademais, o capítulo demonstra a consolidação do neoliberalismo enquanto uma racionalidade política a nível dos sujeitos, perpassando todos os aspectos da vida social e como há, em sua gênese teórica, o componente da moralidade tradicional.

O segundo capítulo desenvolve o arcabouço teórico laclauniano acerca da formação das identidades políticas a partir da teoria do discurso e, em particular, a construção do conceito de populismo. O capítulo examina os fundamentos filosóficos que demonstram como a formação do sujeito político é marcada por uma falta constitutiva que torna necessária a articulação hegemônica de demandas através de cadeias equivalências. Essas cadeias operam através de significantes vazios e demarcações de fronteiras amigo/inimigo, responsáveis pela constituição de um “povo” como uma dimensão fundamental da política.

Por sua vez, o terceiro capítulo investiga o bolsonarismo enquanto identidade política. Analisamos como o bolsonarismo é capaz de operar através de uma estrutura que o permite articular demandas diferenciais, operando uma cadeia de equivalência entre si, cristalizada sobretudo na figura do “cidadão de bem”, construída, por sua vez, em oposição a um inimigo em comum identificado como a esquerda. Além disso, buscamos demonstrar como os meios digitais potencializam esta articulação, uma vez que permitem a circulação de conteúdos segmentados para cada perfil, contribuindo para a radicalização política e ao mesmo tempo enfraquecendo a mediação institucional característica das democracias liberais.

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, combinando análise teóricas e históricas. O estudo busca, assim, estabelecer conexões entre a racionalidade neoliberal e a formação de identidades políticas no contexto brasileiro. Esse estudo visa avançar este debate, contribuindo para uma melhor compreensão das identidades políticas autoritárias e os desafios que apresentam para a democracia liberal. Ao jogarmos luz em como o individualismo característico do neoliberalismo é, de certa maneira, incompatível com a vida coletiva e, que esta característica se encontra inscrita na própria lógica neoliberal como uma forma de atomizar as relações sociais, ao mesmo tempo que mobiliza valores tradicionais em vistas da manutenção da ordem, podemos compreender como o bolsonarismo não representa uma anomalia ou um desvio da racionalidade neoliberal, mas sim o ápice de sua expressão.

CAPÍTULO I - DA HEGEMONIA ANGLO-AMERICANA À RACIONALIDADE NEOLIBERAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E MORAIS DO PROJETO NEOLIBERAL

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial representa um marco decisivo na configuração das relações internacionais, um momento em que os Estados Unidos emergem como a nova potência hegemônica, ocupando o espaço que outrora pertenceu à Inglaterra. Este capítulo investiga a dinâmica dessa transição, enfatizando como a hegemonia neoliberal foi erigida por meio de um conjunto de políticas e práticas, que não apenas moldaram a ordem econômica global, mas, também, reestruturaram as bases sociais e políticas dos Estados-nação. A análise desenvolvida ao longo deste capítulo inicia-se com a discussão do Plano Marshall, instrumento que não apenas facilitou a reconstrução da Europa, mas, também, provocou uma alteração significativa na orientação política interna dos países europeus, estabelecendo as fundações para a construção de Estados neoliberais.

Adicionalmente, o capítulo explora o conceito de hegemonia conforme delineado por Cox, que desafia as abordagens realistas e institucionalistas ao considerar as relações de poder em múltiplos níveis, abrangendo, portanto, fatores domésticos. A partir do arcabouço teórico de Gramsci e suas implicações para as Relações Internacionais, propomos um entendimento mais profundo das interações entre classes sociais e o papel do Estado na promoção de uma nova ordem neoliberal global. A pesquisa prossegue discutindo a importância da internacionalização do Estado e suas relações com os modos de produção e as condições de trabalho, bem como o impacto do neoliberalismo nas estruturas sociais e econômicas. É nesse sentido que buscamos enxergar a ascensão de movimentos populistas e a crise de representação que permeia as democracias contemporâneas, destacando como a lógica neoliberal contribui para a erosão das bases democráticas e para a crescente polarização social. O neoliberalismo, ao privilegiar o individualismo e a competitividade, tende a marginalizar vozes coletivas e a silenciar aqueles que se sentem excluídos dos processos decisórios. Tal condição propicia o surgimento de discursos populistas que prometem devolver o poder ao "povo", mas, em última análise, frequentemente instrumentalizam essa insatisfação em prol de agendas autoritárias e antidemocráticas.

1.1 DA INSTABILIDADE À HEGEMONIA NEOLIBERAL

Cox define a Segunda Guerra Mundial como o ponto máximo de um longo período de problemas, e que por fim fez emergir uma nova era hegemônica, no entanto agora com os Estados Unidos assumindo o papel que até então era exercido pela Inglaterra. Dessa maneira, os Estados Unidos tomaram para si os esforços para a construção de uma nova ordem sistêmica, voltada para a abertura política e econômica mundial que englobasse todos os demais Estados, inicialmente com a exceção do bloco soviético, mas que, posteriormente, também viria a ter laços com a nova formulação da economia global (COX, 1987, p. 211).

Um dos principais pilares utilizados para a construção dessa nova ordem internacional foi o Plano Marshall. A distribuição dos recursos fornecidos pelos Estados Unidos para a reconstrução europeia no pós-guerra deveria ser deliberada em foros multilaterais na Organização Europeia de Cooperação Econômica a fim de decidir como seria realizada. Através do estabelecimento de uma prática de negociação multilateral, essa organização permitia a implementação de políticas comuns que visavam uma maior integração econômica que fosse compatível com a dos Estados Unidos. Assim, o Plano Marshall serviu como um incentivo para que a Europa fosse progressivamente caminhando para uma maior liberalização comercial e, conseqüentemente, para uma economia aberta (Ibid., p. 215-216).

Segundo o autor, o Plano Marshall ultrapassou o âmbito das políticas estatais, influenciando diretamente o equilíbrio das forças sociais internas ao Estado. Como resultado, tal plano conseguiu promover uma reformulação na orientação da política doméstica na Europa Ocidental, tornando-a inclinada para a centro-direita, o que por fim promoveu as bases políticas para a construção dos Estados neoliberais (Ibid., p. 216). Em 1960, a Organização Europeia de Cooperação Econômica, formada pelas principais economias da Europa Ocidental, foi expandida para abarcar também os Estados Unidos, o Canadá e o Japão, passando a se chamar Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com isso, todos os maiores países capitalistas passaram a estar comprometidos com a nova ordem mundial liderada pelos Estados Unidos. Sob a liderança hegemônica dos Estados Unidos, a nova economia global cresceu em larga escala

É importante realizar uma breve explanação do conceito de hegemonia que Cox utiliza. Diferentemente dos autores realistas e institucionalistas, que têm como base de suas teorias a observação a nível sistêmico e ignoram os fatores domésticos em suas análises, a corrente teórica crítica defende que há forças em conflito que visam maximizar seus interesses e, dessa

forma, buscam dominar os Estados através de instituições, partidos e grupos sociais (MOREIRA, 2012, p. 462). O sistema internacional pode ser entendido, portanto, a partir da correlação de forças dominantes que impõem seus interesses particulares como representantes da vontade geral e que, assim, moldam a ordem internacional a partir de relações sociais geradas pelas condições materiais e históricas internas de cada sociedade.

A Teoria Crítica das Relações Internacionais tem como base a teoria do pensador político italiano Antonio Gramsci. Gramsci retoma a ideia de poder de Maquiavel em sua formulação de hegemonia de que o poder é um misto de coerção e consentimento. Conforme argumenta Arrighi (2007), o poder hegemônico, para Gramsci, não está relacionado à uma dominação pura e simples, mas sim ao exercício de uma liderança intelectual e moral. Nesse sentido:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente (GRAMSCI, 1971, p. 57-58, apud ARRIGHI, 2007, p. 228, tradução livre)

Para Cox (1983) esse movimento de resgate da concepção de poder maquiavélico proposto por Gramsci acaba por libertar o conceito de hegemonia de amarras históricas relacionadas a uma classe social específica e possibilita uma aplicação mais ampla que está diretamente ligada às relações de dominação e subordinação, o que permite análises em diferentes níveis, incluindo as relações de ordem mundial. A partir desse entendimento, alguns autores buscaram ajustar o conceito Gramsciano ao campo das Relações Internacionais.

Ao tentar aplicar o conceito Gramsciano de hegemonia ao sistema internacional, Arrighi (2007) estabelece parâmetros para que um Estado dominante passe a exercer função hegemônica. Assim, ele argumenta que o Estado, para se tornar hegemônico, deve conduzir o sistema de forma que a perseguição de seus interesses próprios seja percebida como uma busca por interesses universais e, também, convencer outros Estados de que um aumento do seu poder em relação ao dos demais é uma medida necessária para o bem geral (ARRIGHI, 2007, p. 230). Tais afirmações têm maior probabilidade de serem verdadeiras quando há um “caos sistêmico”, pois, à medida que o caos aumenta, aumenta também a demanda por ordem e, dessa forma, o

Estado que se dispuser a suprir essa demanda pode se tornar hegemônico. Nesse mesmo sentido, Cox (1983) defende que para se tornar hegemônico um Estado deve fundar e proteger uma ordem mundial em que os demais Estados que se encontram sob essa ordem sintam seus interesses representados. Para Cox, a hegemonia não pode ser concebida em uma análise puramente sistêmica das relações de dominação entre os Estados, mas deve também englobar os modos de produção global que conectam as classes sociais dos países em que estão inseridos (COX, 1983, p. 61). Esse ponto será melhor trabalhado mais à frente a partir das considerações de Harvey sobre as relações de classe no neoliberalismo.

As empresas multinacionais movimentavam grandes escalas de capital para os países europeus e, ao mesmo tempo, o governo americano aumentava sua influência militar no exterior, o que combinado, acabou por criar um déficit na balança de pagamentos americana. Contudo, o déficit estadunidense era utilizado a favor de sua própria economia, ajudando a financiar a expansão americana sem a necessidade de aumentar impostos sobre as empresas ou liquidar títulos do governo. Como Cox explica, "A dívida pública dos Estados Unidos tornou-se uma dívida mundial à medida que uma proporção crescente dela passou a ser detida por estrangeiros. Quanto mais dólares os estrangeiros possuíam, mais se tornavam reféns da política hegemônica dos EUA." (COX 1987, p. 217. Tradução nossa).

Aliado a isso, as organizações e instituições internacionais funcionavam como ferramentas da política estadunidense (Ibid.). A economia mundial era vista como um jogo de soma positiva, isto é, um sistema em que algumas economias nacionais podem se beneficiar mais do que outras, mas que, em última instância, representa um ganho para todos. Sendo assim, os países deveriam facilitar a expansão da economia mundial, estando sujeito às sanções por parte das instituições internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional, caso se mostrassem relutantes em seguir as normas liberais (Ibid.).

Para Cox, a nova ordem hegemônica que emergiu após a Segunda Guerra Mundial era alicerçada em duas novas formas de Estado: Estado neoliberal e o Estado desenvolvimentista-neomercantilista. Essas formas tinham em comum somente o esforço que desempenhavam em ajustar suas economias nacionais à lógica da economia mundial. No entanto, suas estruturas internas diferem uma da outra, sobretudo no que diz respeito à hegemonia das classes dominantes nacionais. Os Estados neoliberais herdaram a estrutura dos Estados de bem-estar social, preservando a hegemonia da burguesia internamente ao Estado, enquanto os Estados desenvolvimentistas-neomercantilistas iniciaram seu desenvolvimento capitalista através de

uma revolução passiva sob uma estrutura autoritária justamente por falta de uma classe burguesa hegemônica que fosse capaz de criar um consenso no âmbito nacional (Ibid., p. 218).

O Estado neoliberal estava associado a um sistema de alianças internacionais estáveis que buscavam promover crescimento econômico através de uma economia aberta (Ibid., p. 219). A função primária do Estado neoliberal era ajustar sua economia nacional às tendências mundiais, ele necessitava de uma reestruturação na hierarquia das agências governamentais, priorizando e aproximando dos chefes de Estado aquelas que possuíam ligação direta com a esfera da economia mundial, tais quais os ministérios de finanças e relações exteriores (Ibid.). Cox defende que esse modelo de dois níveis corresponde à internacionalização do Estado neoliberal (Ibid.).

O impacto que a internacionalização da produção tem no trabalho é uma importante questão para Cox. Em sua visão, os modos de relação social de produção são fundamentais para entender as relações de poder embutidas em suas respectivas formulações. O autor cita inúmeros exemplos de tipos ideais de modos relação social de produção, como o tripartismo e o corporativismo informal. Assim, Cox argumenta que as multinacionais são vanguardistas no chamado corporativismo empresarial no que diz respeito a seus trabalhadores no centro, enquanto nos países periféricos são entusiastas do emprego de mão-de-obra semiespecializada e não estabelecidas (Ibid., p. 251). O autor conclui que o efeito geral que esse processo levou foi de acentuar as diferenças nas condições dos trabalhadores sujeitos aos diferentes modelos sociais de produção, melhorando a parcela dos trabalhadores que se encontram no centro, enquanto a transferência da produção industrial agora ficava concentrada em países periféricos, que acabou favorecendo o crescimento de um outro modelo de produção, o do corporativismo estatal (Ibid., 252-253).

A internacionalização do Estado acompanha a internacionalização da produção e diz respeito ao processo de ajustamento das economias nacionais à lógica da economia e da produção internacional. Durante o processo, diferentes formas de Estado surgem como resultado, de acordo com as características que prevaleciam naquele Estado previamente. Cox elenca 3 pontos para explicar o que significa, de fato, a internacionalização do Estado. Primeiramente, há um processo de criação de consenso entre os estados acerca das necessidades do sistema econômico mundial, formado dentro de uma perspectiva ideológica em comum (economia mundial aberta). Em segundo está a estrutura hierárquica na participação da formulação do consenso. Finalmente, as estruturas internas dos estados são ajustadas para que

eles possam mais facilmente transformar o consenso global em política nacional, removendo os possíveis obstáculos que possam surgir em países que ocupam hierarquias diferentes na economia global. (Ibid., p. 254)

Para Cox, a Pax Americana e a Pax Britânica compartilhavam dos mesmos princípios básicos, i.e, movimento relativamente livre de bens, capital, tecnologia e um considerável grau de predictabilidade acerca das taxas comerciais (Ibid., p. 107-8). Contudo, uma diferença crucial que o autor identifica entre essas duas estruturas históricas gira em torno do grau de institucionalidade que ambos os períodos produziram. Cox argumenta que durante a Pax Americana, instituições internacionais como FMI e Banco Mundial, por exemplo, desempenhavam um papel de maior protagonismo, estando responsáveis por promover empréstimos a países deficitários como forma de prover a estes o tempo e os meios necessários para se adequarem às regras da economia mundial (Ibid., p. 108).

As instituições da economia mundial desempenham, portanto, um papel crucial nesse processo, uma vez que passaram a incorporar mecanismos para supervisionar as aplicações das normas, bem como fazer das normas uma condição para receber ajuda financeira (Ibid., p. 255). Esses mecanismos foram posteriormente se transformando, se afastando de seu caráter regulatório para um entendimento por parte dos países sobre a necessidade de harmonização das políticas nacionais. Como a própria definição de hegemonia utilizada por Cox diz, os ajustes eram vistos como uma resposta às necessidades do sistema como um todo e não como somente a vontade dos países dominantes.

Cox analisa que a harmonização das políticas não acontece da mesma forma para todos os países, havendo em alguns, principalmente aqueles localizados na periferia, uma certa resistência à essas tendências. Para entender essa diferença, o autor argumenta que deve ser considerado o caráter dialético dessas relações, i. e, ao passo que essas tendências se revelam, forças opostas a esses processos surgem para enfrentá-las e em determinados casos, revertê-las (Ibid., p 259). Dessa forma, as instituições são essenciais na definição ideológica do consenso, bem como no estabelecimento de normas “corretas” de comportamento (Ibid.). Para os países periféricos, o regime se apresenta da maneira mais estrita. Cox identifica que um dos elementos do consenso formado no nível do topo diz respeito às condições de financiamento da dívida dos países do terceiro nível (Ibid.). Esse consenso é internacionalizado através das instituições como o FMI e aplicado aos países caso a caso. Ou seja, o que ocorre, de fato, é uma ação conjunta dos países centrais para estabelecer as opções e parâmetros que os países de desenvolvimento

tardio possuem para se desenvolverem. Elites dos países periféricos não participam de maneira efetiva na formação do consenso tal qual as elites dos países centrais, no entanto, elas funcionam como recrutas ideológicos, uma vez que são em grande parte graduadas em universidades dos países centrais e com isso acabam sendo socializadas de acordo com essas normas (Ibid., p. 260). A internacionalização dos Estados periféricos é, portanto, imposta e determinada por fatores externos, mas atrai colaboradores e aliados internos aos Estados (Ibid., p. 261).

Esse ponto é importante, pois Cox oferece uma explicação sobre como o processo de produção do consenso é concebido a partir dos países periféricos, aspecto que não é muito abordado nos outros autores trabalhados aqui, que focam suas análises nos países do centro do capitalismo. Isso não significa, contudo, que as demais abordagens tenham menor importância, pois conforme Connel (2012), ainda que o neoliberalismo seja amplamente criticado nos países do Sul global, a teoria que o sustenta está fincada nas ideologias dominantes do Norte global e sua exportação para o resto do mundo estaria diretamente relacionada ao avanço da direita que surgiu a partir das décadas de 1970 e 1980, tendo Margaret Thatcher e Ronald Reagan como seus principais líderes (CONNEL, 2012. p. 14). À título de exemplificação, o primeiro projeto neoliberal de governo posto em prática foi exatamente uma ditadura militar no Chile, endossada pelo governo dos Estados Unidos.

1.2. A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO NEOLIBERAL

Na Inglaterra, Thatcher dedicou-se a atacar o poder sindical e coibir qualquer forma de solidariedade social que prejudicasse a flexibilidade competitiva, desmantelando os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizando empresas públicas, reduzindo impostos e incentivando o empreendedorismo. O individualismo, a propriedade privada, a responsabilidade individual e os valores da família tornam-se a frente defendida pelo Estado às custas do bem-estar social. No mesmo ano, nos Estados Unidos, o “choque Volcker” mudou a política monetária dos Estados Unidos, e a taxa real de juros tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve. Em 1981 as elevações chegaram perto dos 20%, para as classes trabalhadoras dos Estados Unidos isso significou o esvaziamento de fábricas, a destruição de sindicatos e o declínio dos níveis dos salários reais, para os países devedores foi o princípio do fim, a ameaça de falência deu início a um longo período de ajustes estruturais. Outra força propulsora para o movimento de neoliberalização de 1970 foi a elevação dos preços pela OPEP, países como

Arábia Saudita, Kuwait e Abu Dhabi tinham relevantes parcelas do poder financeiro à sua disposição. A Arábia Saudita, por exemplo, concordou sob pressão militar dos Estados Unidos, em reciclar todos os seus petrodólares por meio de bancos de investimento de Nova York (HARVEY, 2008, p.35-36).

O endividamento de países em vulnerabilidade econômica colocava em fragilidade também os bancos norte-americanos. Ronald Reagan, então, garantiu a continuidade da política monetarista de Volcker e selou uma nova era “para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo mundo.” (HARVEY, 2008, p.38). Reagan propôs o reescalonamento da dívida aos países endividados que aceitassem implementar ajustes estruturais. A partir de então, o FMI e o Banco Mundial passaram a ser “centros de propagação e implantação do fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal.” (ibid) O México foi o primeiro a testar esse modelo, e foi à moratória em 1982-84. Segundo Harvey, a restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em uma mais valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e prática de ajuste estrutural (ibid). Embora tenha se desenvolvido de maneiras particulares por onde passava, restaurando o poder econômico, é possível identificar algumas características gerais: “A primeira foi que os privilégios da propriedade e da gerência de empresas capitalistas – tradicionalmente separados – se fundiram quando começaram a pagar os CEOs (gerentes) em opções de ações (títulos de propriedade).” (HARVEY, 2008, p.40) O que significou que a atividade econômica passou a ser guiada pelo valor das ações e não pela produção, abrindo espaço para a especulação financeira e suas consequências devastadoras.

Outra característica foi a redução “da separação entre capital monetário que recebe dividendos e juros, de um lado, e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil em busca de lucros, de outro.” (HARVEY, 2008, p.41). Segundo Harvey, essa intensa fusão de setores uniu a produção, a comercialização, as propriedades e os interesses financeiros, produzindo os mais diversos conglomerados. O processo de neoliberalização significou a financeirização de tudo, desde setores da economia, o Estado e até vida cotidiana. A implementação de políticas neoliberais no final dos anos 70 significou que o 0.1% mais rico dos Estados Unidos “aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000” (HARVEY, 2008. P.26). O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional. Os países da OCDE,

começaram, a partir de 1980 a registrar grandes aumentos da desigualdade, a diferença de renda registrada entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% que vivem nos países mais pobres foi de 30 para 1 em 1960, para 74 para 1 em 1977. O ponto principal que Harvey argumenta é que a neoliberalização, para além de “um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional.” (HARVEY, 2008, p.27) é na verdade “um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação de capital e de restauração do poder das elites econômicas.” (ibid). Além disso, o neoliberalismo visa atomizar as relações de trabalho com a dissolução dos modelos corporativos, em favor de contratos individuais. Ou seja, quanto mais neoliberal, mais atomizado e mais vulnerável torna-se o trabalhador. Como então explicar o apoio popular à implementação de políticas essencialmente anti-populares?.

O partido republicano necessitava de uma base eleitoral e a maneira pela qual conseguiram foi a partir de uma aliança com a direita cristã, sobretudo através da mobilização de um nacionalismo cultural fruto da insatisfação da classe trabalhadora branca com a insegurança econômica e sua exclusão de políticas de ações afirmativas (Harvey, 2008. P. 60). A construção do consenso passa por uma guerra de ideias. Nesse sentido, a maior conquista dos fomentadores do neoliberalismo foi a transformação do que era uma visão de uma minoria política, ideológica e intelectual em uma visão normativa majoritária. Uma vez estabelecido no mundo de língua inglesa, o neoliberalismo passou a ser indissolúvel da forma com a qual o capitalismo se organiza internacionalmente (Harvey, 2008. P. 72).

A internacionalização desse modelo de organização do Estado pressupõe que há certos princípios e regras a serem adotados pelos demais Estados a fim de que se adequem às exigências da economia neoliberal. A isso podemos classificar como o Estado neoliberal teórico. Em teoria, esse estado estaria associado a fortes direitos individuais à propriedade privada, ao regime de direito, às instituições de mercado de livre funcionamento e ao livre comércio. Por sua vez, estes direitos estão ancorados em um arcabouço legal de contratos livremente configurados entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado (pessoas físicas e pessoas jurídicas). O Estado é um garantidor dessas liberdades na medida em que utiliza o monopólio da violência para preservá-las. O aumento da produtividade significa uma elevação no padrão de vida de todos ao mesmo passo que somente o indivíduo é responsável por suas próprias ações e bem-estar, em todos os aspectos da vida. Ou seja, fracassos e sucessos são medidos a partir da capacidade individual de empreendedorismo

(Harvey, 2008. p. 75-76). Para que isso seja verdade, a teoria neoliberal trabalha com a presunção de igualdade de acesso à informação e ao poder.

Daí decorre um problema político: o individualismo sedutor possessivo é incompatível com uma vida coletiva dotada de sentido. Os neoliberais devem impor limites à governança democrática, apoiando-se em instituições não-democráticas para tomar decisões essenciais. A liberdade das massas teria de ser restringida em benefício da liberdade dos poucos (Harvey 2008. p. 80). Isso configura um paradoxo, pois ao mesmo tempo que o governo neoliberal pressupõe um Estado não-intervencionista, para que seus objetivos sejam salvaguardados são necessárias intensas intervenções estatais por parte de um governo controlado pelas elites e por especialistas (ibid.). A hegemonia do Estado neoliberal coincide com o período em que se utiliza da sociedade civil como a entidade responsável por se opor ao Estado (Harvey, 2008. p. 88).

1.3 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA

De acordo com Dardot e Laval (2016), a preocupação principal do neoliberalismo é sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens, como o do governo de si. Considerado uma racionalidade governamental, o neoliberalismo é, precisamente, o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p.31) Antes da Sociedade Mont-Pelèrin, o colóquio de Walter Lippman em 1938 opera uma refundação neoliberal da doutrina, que acabou por se esboçar em duas grandes correntes: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, Rougier e Lippman, e a corrente austro-americana, representada por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek.

Os primeiros, opunham-se ao naturalismo liberal, onde segundo Rougier, entendiam a ordem estabelecida como ordem natural, levando a tomada de decisões conservadoras, sem permitir que o avanço da técnica se adapte à ordem legal, de maneira que fazem do Estado um agente ativo da manutenção e da construção da ordem do mercado, cabendo ao mesmo a responsabilidade da construção e da manutenção de uma ordem onde prevalece uma lógica concorrencial. Os segundos, num movimento contrário, acreditavam que as causas principais da crise do liberalismo poderiam ser rastreadas “a traição progressiva dos princípios do liberalismo clássico” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.74). Para Hayek, o “caminho da servidão” se caracteriza pela substituição da tradição individualista que criou a civilização ocidental por

uma lógica coletiva que direciona todas as forças sociais a objetivos deliberadamente escolhidos. Dessa forma, a sociedade inglesa foi avançando continuamente em direção ao socialismo que, segundo o autor, significava a escravidão. Hayek, destaca que a renúncia ao liberalismo e, sobretudo, ao individualismo fez com que os ingleses se enxergassem frente à ameaça do totalitarismo. Segundo Dardot e Laval, o grande passo adiante dado pelos austríacos Von Mises e Hayek consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. Em outras palavras, radicalizando e sistematizando numa teoria coerente da ação humana alguns aspectos já presentes no pensamento liberal clássico (desejo de melhorar a própria sorte, fazer melhor do que o outro etc.), a doutrina austríaca privilegia uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.135) A partir dessas duas correntes, podemos compreender o modo de governo neoliberal, portanto, se relacionarmos o ordoliberalismo alemão, com o neoliberalismo americano. O primeiro traz a ideia de que o Estado neoliberal deve praticar uma política ativa de construção da concorrência e o neoliberalismo americano, que bebe da fonte de Hayek, senta-se sobre a premissa de que o sujeito que deve operar neste contexto da concorrencial, segundo Dardot e Laval: Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT; LAVAL, 2016, p.28).

Harvey nos chama atenção ao poder de construção do consenso que a racionalidade neoliberal possui, a seu entender, “questões políticas, quando disfarçadas como culturais, se tornam insolúveis.” (HARVEY, 2008, P.49). No caso do neoliberalismo que imperou a partir de 1970, eram a dignidade humana e a liberdade individual os valores centrais da civilização. No entanto, esses valores dependem de uma dinâmica de mercado para existir, o que permite compreender essa lógica através da teoria do capital humano, considerando a racionalidade impressa no modelo empresarial como aplicável a todos os indivíduos e sociedades. Na prática, significa que cada um tem que manter consigo mesmo uma relação subjetiva de tipo novo: uma relação de acúmulo de valor. Nesse sentido, o papel do Estado Neoliberal ao exigir competitividade do indivíduo, é implantar dispositivos de situações concorrenciais. Em uma relação que se retroalimenta, as políticas neoliberais que buscam transformar a sociedade

necessitam transformar o próprio Estado, que por sua vez, torna-se um agente ativo na transformação da sociedade e dos indivíduos.

O ponto acima exposto é central para o argumento que tentamos desenhar, isto é, de que as mudanças sistêmicas que tiveram início a partir dos processos de transformação dos Estados acabam por modificar a percepção dos indivíduos em relação a eles próprios, sua racionalidade, e definem um limite no horizonte do pensamento acerca da mudança política. Assim, considero válido acrescentar a esta discussão as ideias de Morelock e Narita (2019). Os autores retomam Habermas, concordando com sua afirmação de que há uma tensão inerente entre capitalismo tardio e democracia (HABERMAS, 1987 apud. MORELOCK; NARITA, 2019, p. 36) e, em seguida, elencando dois processos que consideram essenciais para que isso ocorra: “(1) um mundo da vida conectado à participação política democrática e (2), em termos marxistas, a preponderância da acumulação da capital e do valor de troca sobre o valor de uso” (Ibid.). Com isso, o que pretendem demonstrar é que o mundo da vida democrático depende de uma esfera pública rica e abrangente, ao passo que **o avanço da lógica neoliberal, como já vimos, busca dissolver qualquer tipo de ambiente público, uma vez que suas principais metas são a privatização e a mercantilização de todos os aspectos da vida social**. Nesse sentido, o neoliberalismo atomiza e liquida as relações sociais que serviam de alicerce para um governo democrático na mesma proporção em que as pessoas são alienadas do “mundo do sistema” (CALHOUN, 1988 apud MORELOCK; NARITA, 2019, p. 37).

É possível observar esse mesmo fenômeno ocorrendo na eleição de Donald Trump. Wendy Brown (2017) ao analisar a eleição do ex-presidente dos Estados Unidos associa diretamente a quatro aspectos estruturais que fizeram o poderio dos estadunidenses brancos decaírem. Em primeiro lugar, as quatro décadas de políticas neoliberais e seus efeitos de diminuição de salários, aposentadorias, infraestrutura e acesso à educação entre as classes médias. Em segundo lugar, a financeirização da economia que aumenta a concentração de renda, aliada a uma crise financeira ligada ao sistema imobiliário que afetou diretamente o grupo que apoiou Trump. Em terceiro, a globalização que transformou a população e a economia do norte global. Por fim, em quarto, a percepção de uma política liberal com a qual os eleitores de Trump se sentiam desprivilegiados em relação a grupos historicamente excluídos para quem as políticas se direcionavam (BROWN, 2017, p. 2).

Brown (2017) considera o neoliberalismo como fator primordial e – de certo modo, concordando com Dardot e Laval (2016) – destaca que o neoliberalismo deve ser entendido tanto como política quanto uma forma de racionalidade. Isso pois, segundo Brown (2017)

interações humanas estão todas submetidas à lógica neoliberal, e tudo se torna uma questão especulativa. Tal concepção afeta diretamente a política, de tal maneira que Brown considera que a “economização” de tudo torna a soberania popular incoerente, pois não há espaço para isso nos mercados que se autorregulam (BROWN, 2017, p. 5). Nesse contexto liberal, os cidadãos são tratados como consumidores que devem ser analisados, direcionados, manipulados, em suma, excluídos dos processos de decisão e do autogoverno (ibid.). Em outras palavras, grosso modo, as pessoas viram coisas e as coisas viram pessoas em um nível jamais visto.

De acordo com Morelock e Narita (2019), a crise econômica de 2008 e seus impactos nos países, tanto os periféricos, quanto do centro, constituem fatores essenciais para o florescimento de discursos *anti-establishment* e do sentimento negativo em relação às instituições das democracias liberais (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 33). Aliado a isso, discursos fortemente carregados em apostas de divisão social e política entre o povo e a elite e de descrédito às instituições foram responsáveis por dar voz a variados tipos de “iliberalismo democrático” (PAPPAS, 2019 apud MORELOCK; NARITA, 2019, p. 33). Nesse sentido, os autores buscam analisar a questão do populismo a partir da ascensão da extrema direita associada aos movimentos populistas, defendendo a utilização da teoria crítica como ferramenta para elucidar a relação entre o populismo e o autoritarismo na fase atual do capitalismo neoliberal.

Morelock e Narita (2019) destacam uma fala de Jair Bolsonaro em viagem a Jerusalém como um exemplo em que podem ser encontrados elementos populistas (derrubada do *establishment*) associados à elementos conservadores: “nós vencemos uma eleição em que tudo estava contra nós; só não estavam o povo e Deus. Salomão pediu sabedoria. Peço mais do que isso: coragem para bem decidir em nome de todos vocês” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 35). Para eles, e em conformidade com os autores supra expostos, essa categorização em antagonismo produz a imagem da tomada das instituições pelo povo e a capacidade do líder de exercer sua vontade (Ibid.).

Consoante com o que foi trabalhado, o populismo é entendido por Morelock e Narita (2019) como produto e *leitmotiv* (motivo condutor) da crise de representação no capitalismo tardio. Os autores consideram que esse par é indissociável, uma vez que trabalham com um conceito de representação que abarca um sentido amplo. Isto é, para eles, a crise de representação não é caracterizada somente como uma desconexão entre partidos e cidadãos, mas como uma divisão que produz o antagonismo entre o povo e as instituições do sistema

social contemporâneo, nomeadamente as estruturas financeiras e a burocracia procedimental (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 36). Essa concepção, conforme exposto, está alicerçada na teoria de Jürgen Habermas, que destaca que com a crescente complexificação e diferenciação nas sociedades modernas, ocorre uma separação entre sistema e o mundo da vida (HABERMAS, 2012, p. 277). Morelock e Narita entendem a separação entre mundo da vida e sistema como uma forma de alienação da população em relação aos imperativos e às mediações do sistema político.

Portanto, essa desagregação significa também uma desagregação da tomada de decisões políticas em relação ao mundo da vida, ou seja, há uma sujeição dos contextos de vida aos imperativos econômicos e à gestão do sistema que configuram uma colonização do mundo da vida, reduzindo-o a práticas utilitárias e procedimentos políticos abstractos (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 36). No entanto, os movimentos populistas indicam que há um *gap* nesse processo de colonização, pois na medida em que avança, produz também sua negação sob a forma de descontentamento e convicções anti-sistema por parte das populações. Aliado a isso, os autores salientam que no contexto atual, as rápidas transformações socioeconômicas, crescente desigualdade e deterioração do padrão de vida e o sentimento de alienação com relação aos diversos sistemas de tomada de decisão são todos fatores que contribuem para uma crise de representação.

Wendy Brown (2006) explora as forças de des-democratização produzidas a partir da interseção entre as racionalidades neoliberal e neoconservadoras. O neoliberalismo precisa ser entendido como mais que um punhado de imposições de políticas econômicas de livre mercado e seus respectivos efeitos de privatização e intensificação da desigualdade. Ele é uma racionalidade política (Foucault, 2008), i.e., uma forma específica de racionalidade política normativa que organiza a esfera política, a cidadania e as boas práticas de governança e, como tal, governa o dizível, o inteligível e os critérios de verdade desses domínios (Brown, 2006. p. 693). O que Brown quer explicitar com isso é que a forma com a qual o neoliberalismo, enquanto racionalidade política, articula a natureza e o significado do político, do social e do sujeito não é resultante somente do extrapolamento dos conceitos de mercado para outras esferas, mas fruto de uma imposição explícita de uma forma específica da mentalidade de mercado sobre essas esferas e é justamente a partir disso que se pode entender a usurpação de outras formas de racionalidades mais democráticas (ibid. p.693-694).

O neoconservadorismo, por sua vez, segundo Anne Norton (2004) é unido pelo desejo por um Estado forte e disposto a usar sua força. Rejeitam a vulgaridade do que consideram a

decadência dos artistas e intelectuais, se associam à religião, encorajam valores familiares, especialmente formas antigas de família onde a mulher se ocupa dos deveres do lar e das crianças e os homens com àqueles relacionados à “masculinidade”, e acima de tudo, com um resgate do patriotismo, de um exército forte e de uma política externa expansionista. (Norton, 2004. p. 178). Embora rejeitem a engenharia social que atribuem ao socialismo, neoconservadores associam ao Estado a tarefa de estabelecer os padrões morais sob os quais a sociedade deve ser guiada, o que representa uma flagrante contradição com o neoliberalismo. Em certo sentido, o neoliberalismo está relacionado com um futuro onde fronteiras nacionais perdem sua importância frente a um imperativo monetário, enquanto o neoconservadorismo busca ser um guardião de um passado/presente que está desaparecendo baseado em uma ordem nacional fundada em um certo preceito de Como então podem estas duas ideologias estarem associadas?

Para Brown (2006), o que ambos possuem em comum é uma racionalidade política-mercadológica e uma moralidade política assumindo uma forma de modelo de negócios de Estado em um caso e um modelo teológico de Estado em outro (Brown 2006, p. 698). Contudo, é importante relembrar que o neoconservadorismo também é fruto da erosão que o capitalismo causa nos significantes da vida e na moralidade (ibid.). Ainda assim, o neoconservadorismo em seu ponto de junção com o neoliberalismo dispensa valores e princípios associados à democracia constitucional como o igualitarismo, liberdades civis, eleições justas. O neoliberalismo não necessita delas e para os neoconservadores a primazia dos valores morais e poder estatal é mais importante (ibid p. 702.).

Elementos neoconservadores como moralismo, estatismo e autoritarismo são possibilitados justamente pela racionalidade política neoliberal mesmo quando as duas racionalidades não são compatíveis. O neoliberalismo prepara o solo para que ideias profundamente antidemocráticas se enraizem na cultura e no sujeito e o neoconservadorismo semeado neste solo produz uma forma política específica na qual a incompatibilidade com valores democráticos não resulta em uma crise de legitimidade por conta da desvalorização dessas práticas por parte do neoliberalismo e que posteriormente são consagradas pelo neoconservadorismo (ibid. p. 702.)

Ainda seguindo a metáfora do solo e raízes, há um elemento que atua como o fertilizante da governança neoconservadora, a mobilização política do discurso religioso (ibid. p. 706.) O argumento de Brown vai no sentido de que uma população interpelada pelo discurso religioso e uma linha cada vez mais tênue entre o discurso teológico e o político funcionam como um

catalisador para as forças de des-democratização. O enfraquecimento da soberania do Estado implica também no enfraquecimento do conceito schmittiano de “ideia norteadora”, a qual é responsável por produzir ordem e unidade no estado-nação (Schmitt, 2004.). Schmitt acredita que a “ideia norteadora”, mais do que o poder puro, cria a ordem e unidade de um estado-nação. O poder executivo simboliza a essência do Estado ao representar essa unidade, que, por sua vez, fundamenta sua autoridade. Essa perspectiva é crucial para entender o modelo político neoconservador, que, em vez de um equilíbrio de poderes, é baseado na autoridade unificada do estado, semelhante à autoridade da igreja sobre seus fiéis. Esse modelo ganha relevância em um contexto político onde a religião retorna ao cenário público devido ao enfraquecimento da soberania dos estados-nação, originalmente criada para conter tanto o poder econômico quanto o religioso (Brown, 2006. p. 706)

Nesse sentido, o discurso religioso transborda para o político em uma combinação entre elementos de submissão a uma verdade declarada, uma legitimação da desigualdade e uma lealdade transportada da religião para a política e cria um sujeito político submisso e leal, o que pode permitir um exercício do poder executivo não fundamentados em valores democráticos. O poder estatal associado a este discurso, assim, utiliza dessa estrutura de autoridade religiosa para seus próprios objetivos e, justamente através da mobilização desse discurso mobiliza por exemplo o cristianismo evangélico em favor da autoridade do Estado, transformando-o em um apelo populista de direita. O que surge dessa mescla é uma cultura política extremamente antidemocrática (Brown, 2006. p. 708-710).

1.4 OS FUNDAMENTOS MORAIS DO NEOLIBERALISMO

Brown (2018) busca explicar a ascensão de governos populistas de direita na atual fase do capitalismo, a qual classifica como ruínas do neoliberalismo. A autora volta seus argumentos para focar em como a formulação neoliberal de liberdade opera em favor da legitimação da extrema direita e como a direita mobiliza o discurso da liberdade para praticar ataques violentos tendo em vista a recuperação da hegemonia branca, masculina e cristã. Ao mesmo tempo, este discurso de liberdade é utilizado para impor à esquerda uma imagem tirânica por sua preocupação por justiça social e por ser responsável por destruir a moralidade, por tornar fronteiras inseguras e por reivindicar uma melhor redistribuição aos desfavorecidos. (BROWN, 2018. P. 10). Para os fins deste estudo e em concordância com o que Brown afirma, é essencial retornar às ideias fundacionais do neoliberalismo a fim de apreender a moralidade tradicional como peça fundamental do pensamento neoliberal e que fomenta a extrema direita atual.

De acordo com Brown (2018), para Hayek o mercado e a moral constituem juntos os fundamentos dessa concepção de liberdade, ordem e do desenvolvimento da sociedade, sendo ambos frutos de organização espontânea e transmitidos através da tradição e não através do poder político (BROWN, 2018. P. 12). O poder político, representado pela figura do Estado, na realidade deve ser retirado dessas esferas para que elas possam exercer o seu papel. Portanto, para Brown, o neoliberalismo proposto por Hayek é um projeto político-moral que visa proteger hierarquias tradicionais por meio da negação da própria ideia do social, restringindo o escopo da ação política democrática dentro dos Estados (ibid. P. 13). Ou seja, os ataques ao modelo democrático embasados em uma reivindicação de uma moralidade que fora perdida (presentes nas retóricas dos líderes populistas da direita atual) são, por essência, profundamente neoliberais.

Brown identifica duas principais leituras teóricas sobre o neoliberalismo: a neomarxista e a foucaultiana. A primeira associa o neoliberalismo a uma série de políticas que incluem privatizações de bens e serviços públicos, a redução do estado de bem-estar social, a supressão dos direitos trabalhistas, a um capital livre de regulamentações e a criação de um ambiente de um ambiente favorável a investimento estrangeiro (Brown, 2018. p. 17). Em suma, políticas com foco em implementar um ambiente econômico “livre” de intervenções políticas. Essas políticas, como exposto acima, foram primeiro implementadas no Sul Global e gradualmente expandiram-se para o Norte até tornarem-se a norma vigente.

A visão foucaultiana, por conseguinte, é embasada pelas palestras de Michel Foucault no Collège de France de 1978-79, nas quais o pensador destaca o neoliberalismo como uma nova racionalidade política onde os princípios de mercado se tornam princípios de governo aplicados e difundidos por instituições sociais não governamentais, como escolas e locais de trabalho, o que Foucault chama de “governamentalidade”. Para Brown, ambas abordagens ajudam a pensar o neoliberalismo atual, contudo, não são suficientes. É necessário rever os principais elementos e efeitos da racionalidade neoliberal a partir da inclusão de seu ataque multifacetado à democracia e da substituição dos princípios da justiça social, regida pela moralidade tradicional (Brown, 2018. p.21).

Nesse sentido, em primeiro lugar é preciso tratar da falta de igualdade política. Disparidades sociais ou econômicas extremas, acesso desigual ao conhecimento, concessão de privilégios políticos explícitos resultam em um poder político exercido por uma parte específica, e não pelo todo. Em outras palavras, o *demos* não governa mais (ibid. p.23). As elites sempre tentaram concentrar o poder político, portanto, uma abordagem democrática no

contexto de Estados-nação e capitalismo internacional necessita de constante vigilância por parte do Estado para garantir igualdade política e para que, assim, a democracia prevaleça sobre a corrupção pela riqueza (ibid. p.26). O interessante do enquadramento de Brown é que ela coloca a justiça social como o único ideal capaz de manter viva a promessa da democracia, ainda que nunca cumprida. E é exatamente esse ideal que o neoliberalismo se propôs a destruir em termos conceituais, normativos e práticos (ibid. p.27).

Para Brown, o papel principal nesse processo de desconstrução do social foi desempenhado principalmente por Friedrich Hayek. Hayek considera a ideia do social falsa, perigosa, vazia, destrutiva, uma fraude semântica que tem por objetivo o controle da existência coletiva, um símbolo de tirania (ibid. p.30). O argumento de Hayek vai no sentido de que a sociedade é resultado de processos impessoais e espontâneos e não resultado de uma criação humana deliberada (ibid. p.31). Nesse sentido, as tradições morais são os pilares organizacionais, na medida em que estabelecem um sistema herdado de valores, criando ordem sem a necessidade de um planejamento central, ou seja, sem utilizar os poderes do Estado (ibid. p.34).

O ataque neoliberal se dá em várias frentes, contudo, é no aspecto cultural abordado por Brown que gostaria de focar nesse momento. Culturalmente a desmantelação da sociedade ocorre por meio da “desmassificação”, fortalecendo indivíduos e famílias. Desmassificação é um termo que designa um processo criado pelos ordoliberais, ligados a Escola de Friburgo, que tinha como objetivo se opor ao processo de “proletarização” através da empreendedorização dos trabalhadores e do enraizamento em práticas de autoprovisão familiar (ibid. p. 37-38).

No final do século XX, esse princípio foi substituído pela “empreendedorização”. Trabalhadores, assim, passam a integrar uma economia que gira em torno de “multidões de empresas”, sendo os responsáveis em manter ou aumentar o valor de seu capital humano, capitalizando seu tempo através de empresas como Uber, além de múltiplas outras formas de trabalhos informais (Brown, 2018; Lourenço, 201; Abilio, 2020). Essa é a única forma de liberdade que importa no neoliberalismo, uma liberdade ilimitada, sem preocupação com o social, desigualdades geradas por processos históricos de escravidão, colonialismo, patriarcado. Ao mesmo tempo, aqueles que se colocam contra essa visão são rotulados pela nova direita radical como “social justice warriors” (guerreiros da justiça social, em tradução livre), taxados como inimigos da liberdade e proposições de políticas públicas de inclusão social, igualdade racial, sexual e de gênero são rotuladas como uma forma de tirania da esquerda. (ibid. p.45)

Trabalhando com uma perspectiva de um “neoliberalismo de baixo para cima”, Veronica Gago (2018, p. 17) descreve como uma proliferação de modos de vida que reorganizam as ideias de liberdade, cálculo e obediência, criando uma racionalidade e afetividade coletiva. Mesmo com revoltas na Argentina, Bolívia, Equador, e mobilizações no Chile e Brasil, o neoliberalismo continua a sobreviver tanto por cima quanto por baixo. Para a autora, o aspecto mais importante de apreender ao pensar o neoliberalismo está no *entre*, a partir de suas mutações contínuas, com ênfase nas variações de sentido e nos ritmos não lineares da história, colocando as lutas sociais no centro dessa análise.

Gago argumenta que o neoliberalismo persiste por expropriar redes vitais que geram valor, criam recursos e modos de vida fora dos limites do capital (Ibid, p. 8). Tomando como base sua pesquisa etnográfica em uma feira popular em Buenos Aires, a autora pensa o neoliberalismo como uma espécie de racionalidade (utilizando também do conceito foucaultiano de *governamentalidade*) que não é nem abstrata por completo nem macropolítica, mas disputada pelas subjetividades e práticas da vida cotidiana. O neoliberalismo torna-se imanente, sem necessitar de uma estrutura transcendente e externa pois ele próprio modula as subjetividades, as variedades de modos de fazer, sentir e pensar (ibid. p. 14).

Pensar o neoliberalismo a partir dessa perspectiva possibilita a compreensão da força com a qual se enraíza nos setores que compõem a economia informal, ou nos termos de Gago, uma pragmática vitalista. A questão é que essa pragmática impõe cálculos em relações a condições de sobrevivência em que o Estado não é capaz de garantir as condições estipuladas da competição neoliberal. A partir disso, certas ideias de liberdade são produzidas de maneira a desafiar as formas tradicionais de obediência. Daí o enquadramento de Gago em economias barrocas para nomear esse tipo de articulação que de certa forma são tidas como contraditórias pelas teorias econômicas e políticas (ibid. p.22). O barroco persiste como um conjunto de modos de fazer entrelaçados que se sobrepõem em termos não reconciliados e em permanente recriação. Mais especificamente, é a construção da estratégia de elementos de empreendedorismo unidos a fórmulas para progresso popular, capazes de negociar e disputar recursos estatais e, ao mesmo tempo, sobrepostos em vínculos de parentesco e lealdade ligados ao território, bem como formatos contratuais não tradicionais (ibid.).

Ambas as autoras sugerem que a ordem e o funcionamento social não dependem mais de um planejamento centralizado, mas emergem espontaneamente de processos cotidianos e descentralizados. Esse modelo fortalece a responsabilidade individual, especialmente através da "empreendedorização", ao mesmo tempo que reconfigura as relações sociais, deslocando a

ênfase do coletivo para o individual. Isso evidencia uma transformação nas formas de sobrevivência e liberdade, que agora são recalculadas fora dos limites tradicionais, como o Estado ou o social. Em síntese, o neoliberalismo molda uma sociedade onde as dinâmicas econômicas e sociais dependem cada vez mais da capacidade individual de adaptação, criando um tipo de racionalidade que se infiltra nas práticas cotidianas.

Em outra frente, o neoliberalismo visa limitar e conter o político. Aqui se faz necessário uma distinção entre o político e a política. Ao invés de se limitar a instituições tradicionais, práticas ou estados, o político refere-se a um espaço de deliberação moldado por diferentes formas específicas de razão em qualquer tempo e lugar. Ele se materializa e ganha forma através de uma racionalidade específica, um conjunto de normas que podem ser caracterizadas por diferentes formas de poder - legais, decisionistas, compartilhadas, rebeldes - e está intrinsecamente relacionado à justiça, ordem, segurança, ecologia e emergências (Brown, 2018. p.56).

O ataque ao político para Brown é um elemento que liga diretamente o neoliberalismo ao surgimento de populismos de direita raivosos no poder. Aqui chegamos em um argumento que é central para este e os próximos capítulos deste trabalho que tratarão de investigar a formação da identidade bolsonarista como representação de um caráter conservador que é intrínseco ao neoliberalismo. Isso pois para realizá-lo o neoliberalismo precisa reduzir e desvalorizar a democracia. A versão de democracia tolerada deve ser desvinculada da liberdade política, da igualdade entre os cidadãos no compartilhamento de poder ou de qualquer noção de interesse público que fuja da alçada das liberdades individuais. Não significa, no entanto, que o Estado deveria ser fraco. O Estado neoliberal deveria ser enxuto, não soberano e altamente focado, forte e unificado (p.63). Para que o sonho neoliberal de uma ordem global de livre circulação de capital organizada por moralidades tradicionais e mercados tornasse possível, a democracia deveria ser dissociada da soberania popular e reduzida em um fim em si mesmo, um simples meio de transferência de poder (p.82).

A tentativa neoliberal de isolar o Estado como um simples garantidor das liberdades individuais e da moralidade tradicional, para Brown, na realidade significou uma implementação da racionalidade neoliberal como forma de exercício do poder político. Em suas palavras:

A democracia foi restringida e depreciada, mas o efeito foi o oposto dos objetivos neoliberais. Em vez de estar isolado e capaz de direcionar a economia, o estado está cada vez mais instrumentalizado pelo grande capital, com todas as grandes indústrias, desde a

agricultura e o petróleo até as farmacêuticas e as finanças, controlando o processo legislativo. Em vez de serem pacificados politicamente, os cidadãos tornaram-se vulneráveis à mobilização demagógica nacionalista, criticando a soberania estatal limitada e a facilitação supranacional da competição global e acumulação de capital. **E em vez de ordenar e disciplinar populações espontaneamente, a moralidade tradicional tornou-se um grito de batalha, muitas vezes esvaziada de substância ao ser instrumentalizada para outros fins.** À medida que os poderes e energias políticas antidemocráticas nas democracias constitucionais aumentaram em magnitude e intensidade, elas produziram uma forma monstruosa de vida política - puxada por interesses econômicos poderosos e zelo popular, sem coordenadas, espírito ou responsabilidade democrática ou constitucional, e, portanto, perversamente, sem os limites ou limitabilidade buscados pelos neoliberais (Brown, 2018. p .84. Tradução nossa, grifos nossos).

1.5. TRADIÇÃO E LIBERDADE

A grande contribuição de Brown para o debate sobre neoliberalismo está na ligação intrínseca que a autora encontra, a partir da revisão dos textos de Hayek, entre mercado e moral. Ao realizar esse movimento, a autora nos permite obter uma visão acerca do neoliberalismo que vai além da conformação de um sujeito com uma racionalidade neoliberal, tal como Foucault propôs, ou uma puramente economicista, tal qual a análise marxista, mas entender a própria moralidade tradicional como um pilar constitutivo dessa racionalidade. Nesse sentido, é possível jogar luz e melhor compreender as afinidades e os contornos da relação entre o neoliberalismo e sua associação com as novas formas dos autoritarismos de direita.

É nesse aspecto que as desigualdades no capitalismo são legitimadas por Hayek. Mercados e moral são frutos de uma ontologia comum de ordens que evoluem espontaneamente a partir da tradição. Dessa forma, estes costumes e convenções precisam ser nutridos e expandidos, de forma a construírem uma barreira contra os guerreiros da justiça social e seus sistemas de despotismo baseados em um estado excessivamente intervencionista. A perspectiva de Hayek é sugestiva de que a liberdade não é limitada pela tradição, mas moldada por ela. A tradição, nesse sentido, é responsável por produzir um tipo de liberdade que se opõe aquela organizada pelo político, de maneira que uma sociedade efetivamente livre é uma sociedade profundamente enraizada em tradições (Brown 2018, pp. 97, 99.) Assim:

ao incorporar a tradição ao liberalismo, acaba por deslocar a autoridade da vida política para normas e práticas religiosamente enraizadas. Isso resulta em uma política que perde soberania e interesse público, limitando-se a gerar regras universalmente aplicáveis que são, na maioria das vezes, codificações de normas tradicionais. Ao mesmo tempo, a tradição religiosa ganha status de incontestabilidade e verdade simbólica, além de servir como um limite para o poder político. Esse movimento separa a verdade da responsabilidade política, o que pode favorecer tendências autoritárias, contestando a igualdade e a justiça com base na tradição e eliminando a legitimidade da soberania popular. p. 102

Outra contribuição importante de Brown é a recuperação do niilismo como forma de interpretar o que a autora chama de “dessublimação da vontade da potência”. Para tal, a autora incorpora à análise de Hayek duas outras leituras teóricas: Nietzsche e Marcuse. Começemos, pois, pelo niilismo.

Conforme Sluga (2017), o niilismo não implica a eliminação dos valores, mas um mundo onde os valores mais elevados se desvalorizam à medida que se desprendem de seus fundamentos. Além dos valores, a verdade e a razão também perdem suas bases (Nietzsche, 1968, p. 10). Eles, no entanto, não desaparecem por completo, mas são postos como triviais, facilmente negociáveis, instrumentalizados e superficializados (Brown, 2021. p. 122). A verdade deixa de requisitar provas ou raciocínio, as populações profundamente segmentadas em si mesmas recebem informações apenas que reforçam suas crenças já estabelecidas, tornando-as imunes à argumentação. Esse efeito foi descrito também pela antropóloga Letícia Cesarino (2019) a partir de uma etnografia digital de grupos bolsonaristas, que será abordada no terceiro capítulo. Da mesma forma, apoiadores de Trump e o próprio ex-presidente, afirma Brown (2021. p. 124), são a expressão mais notória do niilismo nesse contexto, indiferentes à verdade, à consistência ou a convicções políticas e morais afirmativas, preferindo basearem-se em ressentimentos.

Essa desvalorização dos valores em um contexto de um niilismo que se espalha pela sociedade faz com que valores universais ou universalizantes entrem em colapso. Nesse sentido, afirma Sluga (2017. p. 17), o que está em jogo é mais do que o simples exercício do poder sem ética, mas um exercício do poder onde não há preocupação com os outros, sobretudo com o pacto que sustentava a ordem social até então. Para Brown (2021) é a combinação entre a destruição do social e essa liberdade da “dessublimação da vontade de potência” que pode

explicar em que aspecto a liberdade defendida pela direita se desvincula da consciência. Para além do egoísmo neoliberal e suas críticas ao social, a depressão de consciência trazida pelo niilismo produz a liberdade de genuinamente não se importar com os apuros, vulnerabilidades ou destinos de outros seres humanos, de outras espécies, ou do planeta (Brown, 2021. p.125-126). Desenfreada e inculta, a liberdade é manifesta a partir do desejo de desafiar normas estabelecidas, viver sem preocupação, a favor de provocações e que se satisfaz com reações vingativas contra aqueles que julgam serem responsáveis por seu sofrimento (ibid. p. 127). É a liberdade de dizer eu farei porque posso, porque não acredito em nada e não sou nada além da minha vontade de poder. (Brown, 2018. p. 171).

Marcuse aborda a questão da dessublimação por outra ótica. O autor introduz o conceito de “dessublimação repressiva”, que ocorre dentro da dominação capitalista caracterizada pela exploração e pela criação de falsas necessidades, incorporando o desejo a uma cultura de consumo e marketing. Dentro dessa ordem há uma abundância de prazeres que, no entanto, não implica em emancipação, pelo contrário, são cooptadas para a produção capitalista, gerando conformidade ao invés de insurreição (Marcuse, 1964; Brown, 2021). Nesse sentido, a dessublimação não emancipatória facilita o surgimento da “consciência feliz”, termo utilizado por Hegel para descrever a resolução do conflito entre desejo e conformação social através do alinhamento da consciência com a ordem dominante. Incorporando Freud e Marx em sua análise, Marcuse aprofunda a formulação de Hegel argumentando que a “consciência infeliz” é resultado da autoconsciência, i.e., o julgamento superegóico dos “maus” impulsos seja no indivíduo ou na sociedade. Nesse sentido, a consciência exerce uma dupla função de restrição tanto interna como uma fonte de julgamento moral para a sociedade (Marcuse, 1964. p. 76). A dessublimação repressiva atenua a censura imposta pela estrutura superegóica, formando sujeitos ao mesmo tempo livres, mas também manipuláveis e viciados em estímulos e gratificações frívolas. Em um contexto de ataque neoliberal ao social associado a depressão da consciência promovida pelo niilismo esse efeito liberalizante é, portanto, amplificado. Assim, Marcuse escreve:

As pessoas são levadas a encontrar no aparato produtivo [o mercado] o agente efetivo do pensamento e da ação ao qual seus pensamentos e ações podem e devem ser entregues. [N]esta transferência, o aparato assume também papel de agente moral. A consciência é absolvida pela reificação, pela necessidade geral das coisas. Nesta necessidade geral, a culpa não tem lugar (Ibidem, p.79).

Brown (2018), ao unir as versões de Nietzsche e Marcuse, o esgotamento niilista historicamente específico da consciência e dessublimação da vontade de poder, argumenta que esse é um caminho que possibilita explicar diversos elementos da ordem neoliberal vigente. Em primeiro lugar: a ressurgência do tribalismo, ou a relação quebrada ao mundo demograficamente fora de seu próprio espaço; a rotineira zombaria em portais de direita sobre esquerdistas e sua preocupação com o sofrimento humano, injustiça e devastação ecológica; o apoio a líderes com apelos agressivos contra estrangeiros ou um futuro habitável (pp. 169-170). Daí, a sugestão da autora de que “Talvez a negação — seja ela crua ou moralista — seja o que resta quando os poderes que moldam o mundo parecem incontrolláveis e indomáveis, e o abismo existencial parece iminente.” (ibid. p. 171).

Este capítulo se traduz em um esforço de amarrar teórica e historicamente o processo de transição e estabelecimento da hegemonia neoliberal. Nesse sentido, buscamos revelar as complexas interações entre fatores econômicos, sociais e políticos que moldaram o cenário global contemporâneo. A ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial, respaldada por iniciativas como o Plano Marshall, não apenas reconfigurou a ordem internacional, mas também influenciou as dinâmicas internas dos Estados-nação, conduzindo à construção de um novo paradigma neoliberal. Essa nova ordem, ao promover a liberalização econômica e a competição, fortaleceu a centralidade do individualismo e da responsabilidade pessoal, relegando as questões sociais e coletivas a um plano secundário.

Nesse contexto, emergem, simultaneamente, movimentos populistas que desafiam as estruturas estabelecidas, capitalizando a insatisfação popular resultante da marginalização e do sentimento de desconexão provocado pelo neoliberalismo. Essa dualidade entre a hegemonia neoliberal e as reações populistas ilustra a fragilidade das democracias contemporâneas, que se veem ameaçadas não apenas pela erosão das bases sociais que sustentam a participação cidadã, mas também pela ascensão de agendas autoritárias que se aproveitam da desconfiança nas instituições. O desafio reside em construir um espaço político inclusivo que não apenas acolha, mas priorize as vozes coletivas e as demandas sociais. A revitalização desses valores é essencial para a superação das desigualdades exacerbadas pela lógica neoliberal e para a reintegração da democracia como uma prática, e não apenas como um ideal formal. No próximo capítulo abordaremos como este ideal democrático é uma construção impossível, assumindo sempre uma forma precária e transitória, sob a qual são conformadas as identidades políticas e, por conseguinte, a lógica populista.

CAPÍTULO II - ENTRE O VAZIO E A REPRESENTAÇÃO: TEORIA DO DISCURSO E A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS

Este capítulo tem como objetivo explorar as bases teóricas que nos permitem compreender a conformação de identidades políticas a partir da perspectiva da teoria do discurso laclauniana, inscrita na tradição pós-estruturalista/pós-fundacionalista da escola de Essex. Para isso, desenvolvemos uma análise que parte da crítica à visão tecnocrática da política, atravessa os fundamentos teóricos da formação do sujeito político, e culmina na compreensão da relação intrínseca entre populismo e democracia. A discussão se estrutura em quatro eixos principais.

Primeiro, analisamos como a hegemonia neoliberal tentou estabelecer um paradigma pós-político e como isso criou condições para o ressurgimento de movimentos populistas. Em seguida, exploramos os fundamentos teóricos que nos permitem compreender a formação dos sujeitos políticos à luz desta abordagem teórica. O terceiro eixo desenvolve a lógica específica do populismo, enfatizando o papel das demandas sociais e a formação de cadeias equivalências. Por fim, examinamos a relação constitutiva entre populismo e democracia, destacando como a construção do "povo" é fundamental para o funcionamento democrático. Nossa perspectiva, fundamentada na teoria laclauniana, sugere uma compreensão do populismo não como uma patologia política, mas como uma lógica inerente à própria constituição democrática.

2.1 A HEGEMONIA NEOLIBERAL E O RETORNO DA POLÍTICA

A consolidação da hegemonia neoliberal levou à crença de que a política havia se tornado uma questão técnica. O fim da política ou a terceira via que se coloca além da divisão entre direita e esquerda anunciava uma nova forma de governar baseada estritamente em critérios técnicos, isto é, o governo deveria ser eficiente (Fukuyama, 1992; Giddens, 1998). A política adversarial teria terminado e estaríamos vivendo a pós-política. De acordo com Mouffe (2005), o populismo de direita, contudo, coloca em xeque essa visão. Ao criar a divisão entre "o povo" e "o establishment", ele subverte essa perspectiva teórica e a coloca como a sua própria causa de surgimento.

O sucesso do populismo de direita está associado justamente a falta de debates democráticos efetivos, uma vez que as esferas de decisão democráticas estão ocupadas por representantes de uma elite, o que faz com que partidos populistas que se colocam como representantes direto do “povo” ganhem espaço (Mouffe, 2005. p. 51). O modelo tradicional de confronto político foi dado como uma forma ultrapassada de governo com a consolidação da hegemonia neoliberal. No entanto, conforme Mouffe, aceitar essa máxima teórica implica em aceitar também que não há alternativas à ordem neoliberal. A aliança do liberalismo com a democracia é em larga medida tida como um resultado positivo, no entanto os liberais não se dão conta das tensões inerentes entre ambos (Mouffe, 2005. p. 53). A soberania popular é vista com suspeição por parte dos partidos democráticos “tradicionais” e as pessoas no geral percebem que sua participação em decisões importantes é limitada. Este déficit democrático é propício para o surgimento e crescimento de partidos populistas de direita justamente por se posicionarem contra as elites políticas e em favor da soberania popular(íbid).

O discurso político hegemônico enfatiza práticas de “boa governança” e “democracia não-partidária”, defendendo uma forma de democracia onde não haveria conflito, uma “política sem adversário” (íbid. p. 54). O objetivo consensual da política de modo geral deve ser o da defesa dos direitos humanos. Este enquadramento moral de associação da democracia com os direitos humanos, segundo Mouffe, perde seu poder subversivo ao associar-se com o neoliberalismo. Isto pois a hegemonia neoliberal esvaziou a política de ser o lócus principal de decisões importantes em favor do âmbito jurídico, de maneira que a esfera legal assume a responsabilidade sobre a resolução de conflitos (íbid.)

A problemática em relação a essa associação é clara: não é possível buscar soluções ditas imparciais para conflitos sociais, pois não há soluções neutras na política. A ideia de que os confrontos da arena política foram eliminados impede que as paixões e emoções sejam canalizados pela via dos partidos tradicionais, o que favorece partidos populistas que conseguem mobilizar essas paixões na criação de identidades coletivas em torno de um discurso calcado no “nós” contra “eles” (íbid. p. 55). Ademais, os populistas de direita utilizam da frustração popular frente a inevitabilidade da globalização e a crença de que não há alternativas ao sistema vigente com promessas de devolver ao povo o poder de decisão. Ou seja, a esperança da mudança explica em grande parte o sucesso dos partidos populistas de direita (íbid. p.56).

Mouffe se posiciona diretamente contra teóricos da terceira via como Anthony Giddens ao afirmar que os antagonismos políticos continuam presentes, no entanto se apresentam em

uma linguagem moral que cria divisões entre “bem” e “mal” (ibid. p. 58). Nesse sentido, do lado do bem estão os defensores da democracia liberal e, do outro lado, a extrema-direita racista e xenófoba, que deve ser eliminada. A moralização da política representa um risco para o regime democrático, uma vez que não há resolução de conflitos entre bem e mal, lados políticos opostos não são vistos como adversários, mas sim como inimigos e, portanto, não podem coexistir. A sugestão de Mouffe é uma chamada à agonística, i.e., uma disputa entre adversários que respeitam o direito legítimo de seus oponentes de defender suas posições (ibid. p.59).

A política precisa do espaço da disputa. O enfoque dado por grande partes dos estudos sobre o tema do populismo ignora a especificidade do político, concentrando seus esforços em aspectos econômicos ou morais. Tradicionalmente, os liberais incorreram nessa abordagem, e que posteriormente foi exacerbado pela ideia do fim da política adversarial e com a aproximação dos partidos de esquerda ao centro. Conforme Mouffe, isso impede o reconhecimento do antagonismo inerente à política e o papel das paixões na formação de identidades políticas coletivas e, por consequência, produz um vácuo em que a oposição entre “nós” e “eles” não encontra representação nos partidos tradicionais (ibid. p. 69). Esse vácuo se mostra propício para o surgimento de populistas de direita.

Mas quem são os populistas? Quem é o povo? Como são construídos os laços que formam a identificação com os representantes? Trataremos sobre isso ao longo desse capítulo. Não é a intenção desse trabalho dar cabo do conceito como uma totalidade. O populismo, como muitas das teorias políticas, possui vasta literatura e segue sendo alvo de disputa de uma vasta gama de pesquisadores. Apesar de reconhecer a valiosa contribuição desses autores, este estudo utiliza da corrente pós-estruturalista do populismo.

De acordo com Panizza (2005), práticas populistas emergem quando a estabilidade da ordem social é desestabilizada e as instituições falham em regular os sujeitos políticos. Nesse processo, o caráter da política é redefinido e as fronteiras sociais são reestruturadas em oposição às normas vigentes. É um tipo de apelo político que visa redefinir o discurso, forjar novas identidades políticas e novas relações sociais (Panizza 2005, p.9). O sucesso do populismo depende da criação de novas identidades e de uma ligação representativa com elas e as crises de representação são a condição ideal para que isso ocorra. Urbanização, modernização econômica, mudanças demográficas, globalização, mudanças em veículos de mídia de massa são alguns exemplos em que o populismo pode ser observado historicamente (ibid. p.12-13).

Uma dessas crises, contudo, merece destaque no escopo deste trabalho: a crise de representação gerada a partir da contradição entre o liberalismo e a democracia. A democratização trouxe consigo uma significativa mudança na visão do povo, uma vez que agora identificado como cidadão, passa a ele próprio ser detentor da soberania. Entretanto, a ideia da massa irracional e perigosa persiste no ideário das elites. Essas fronteiras são constantemente desafiadas discursivamente, e é nessa disputa em que a política populista confronta e define quem são seus adversários e quem constitui “o povo” (ibid. p. 15-16). O que caracteriza os confrontos políticos na política populista é o dualismo “nós” e “eles”, sendo “eles” o impedimento da realização plena da identidade popular do “nós” (ibid. p.17). Por fim, Panizza conclui que, se o populismo pode ser redefinido como um processo de nomeação que determina retroativamente “o povo”, o vazio simbólico dessa nomeação é mais bem preenchido pelo nome do líder (ibid. p.19).

A presença do líder, contudo, não implica na redução da ambiguidade do discurso populista. A identificação com o líder ocorre através dos símbolos que ele mobiliza em sua narrativa para explicar a origem do povo, sua atual situação e o caminho correto para o futuro. Seu sucesso depende da história que conta e da recepção do público, assim, o líder populista muitas vezes se apresenta como *outsider* do mundo político, afirmando não ser um político convencional. Como é ambíguo, mesmo que o líder possua uma trajetória política, o que de fato importa é sua construção simbólica (ibid. p. 20-21). Essa representação simbólica pode incluir falhas, fraquezas ou culpas do “outro”, adotando elementos culturais que a cultura dominante considera inferiores como forma de ampliar a identificação com as pessoas (ibid. p. 26).

A forja da identificação na populista é a divisão entre “o povo” e o seu “outro. É a partir do antagonismo que são criadas as identidades políticas e a possibilidade de alternativas radicais à ordem vigente (ibid. p.28). A questão principal é que a democracia necessita da tolerância às diferenças e o reconhecimento de que o poder é um “lugar vazio” que só pode ser ocupado temporariamente. Quando um discurso afirma representar diretamente o povo e se apropriar desse lugar ele está negando o próprio princípio democrático que o empodera. Se a política populista é definida a partir da divisão entre “nós” e “eles”, a vontade do povo nunca pode ser completamente satisfeita.

2.2. O SUJEITO DA POLÍTICA

O objetivo desta seção é traçar a trajetória do pensamento de Ernesto Laclau, destacando sua desconstrução da ideia de um fundamento último para a sociedade. A partir da premissa de que a universalização é impossível, Laclau argumenta que todo sentido e significação só podem emergir de forma contingente, dentro de um contexto discursivo específico. É necessário, portanto, apresentar a construção do argumento do autor ao longo dos anos, perpassando desde a conformação dos sujeitos até o aprofundamento desta lógica para o populismo.

Conforme Burity (2008), a pretensão de Laclau ao longo de sua obra é construir uma teoria geral da política, ou melhor, conceber a política como fundamento ontológico do social. O ponto de partida de sua análise se dá a partir das chaves binárias liberdade/identidade, subjetividade/objetividade. Para ele, a identificação não é um ato passivo de incorporação do objeto pelo sujeito. Ao contrário, ela desestabiliza o objeto. Em um contexto de desorganização social, por exemplo, os agentes podem se identificar com um discurso político que atua como princípio organizador. Esse discurso, no entanto, aparece dividido: ao mesmo tempo que oferece propostas de organização social, ele também representa a própria possibilidade de organização em oposição ao caos. Ou seja, a impossibilidade de determinação última do sujeito faz com que o objeto de identificação seja visto como algo dividido (Laclau & Zac, 1994. p. 14).

A única possibilidade admitida por Laclau para elaborar uma teoria sobre a política é que os elementos de contingência, historicidade e as múltiplas formas sob as quais tudo o que é poderia ser diferente sob determinadas condições de possibilidade (Burity, 2008. p 60.) Ou seja, a preocupação central de Laclau é em torno da questão acerca de onde surge a fonte de legitimidade do poder, uma vez que a ideia de Deus como um fundamento transcendente não pode mais ser utilizada como uma fonte externa ao mundo que daria legitimidade ao poder. Ou seja, como surge o poder se não pode ser referido a uma força generativa única? E ainda, até que ponto pode-se afirmar que uma legitimidade puramente derivada do poder se mantém legítima? Para Laclau isso representa o paralelismo estrutural entre poder/efeito de sociedade e poder/legitimidade. Há em Laclau, segundo Burity (2008), uma resistência à determinada ideia de razão como ferramenta para descrever objetivamente aquilo que os clássicos da teoria social do século XIX denominaram “sociedade”. Para Laclau, a identificação com uma determinada ordem política depende da capacidade que esta possui de garantir a continuidade da comunidade. Para que isso seja possível, ela não pode possuir um conteúdo próprio, ou seja,

ela se torna um nome que representa uma plenitude ausente. Se a incomensurabilidade entre indeterminação e determinação faz parte da essência constitutiva dessa continuidade, e nenhum conteúdo concreto pode satisfazer a função de preenchimento, então todos esses conteúdos falharão em realizar essa função, perpetuando a inadequação do sujeito (Laclau & Zac, 1994. p.16).

A teoria da construção das identidades políticas requer um entendimento prévio acerca das bases filosóficas que Laclau utiliza como alicerce. Nesse sentido, antes de entrarmos no escopo da identidade, é necessário nos debruçarmos na relação da divisão do sujeito enquanto Ente e enquanto falta. Para analisar a separação constitutiva do sujeito, Laclau e Zac (1994) utilizam de quatro dimensões teóricas: 1) abordagens sobre poder e legitimidade na filosofia política; 2) a crítica da violência em Walter Benjamin; 3) distinção entre presença e presenciamento em Heidegger; 4) e o significante em Lacan.

Laclau escolhe Hobbes para debater sobre poder e legitimidade. Retomando a tese hobbesiana do estado de natureza, a instituição de uma sociedade ordenada se daria a partir do pacto social que cria um poder absoluto, sem o qual o estado de natureza prevaleceria sobre a ordem. Laclau e Zac (1994. pp.20-21) destacam que Hobbes introduz uma divisão entre poder e legitimidade em um efeito duplo. Por um lado, a legitimidade do poder não pode ser derivada do próprio poder, uma vez que se justifica por uma instância outra (pacto social), ponto em que são distinguidas as esferas público e privada, o germe do liberalismo moderno. Por outro lado, o poder sendo capaz de garantir a ordem torna-se legítimo independentemente da sua forma ou conteúdo, i.e., qualquer ordem política seria legítima pela sua capacidade de encarnar o princípio abstrato da ordem, e não por suas qualidades intrínsecas, pois o contrário do poder é a completa desordem.

Para os autores, em um sistema político bem-sucedido, poder e legitimidade são indistinguíveis em Hobbes, pois a função de manutenção da ordem encontra-se perfeitamente representada na forma política concreta. Contudo, destacam que há em Hobbes uma potência de divisão entre função e forma, quando os arranjos concretos perdem a capacidade de representar a função de manutenção da ordem e revela-se um poder sem justificativa há uma crise de legitimidade e poder, resultando na desarticulação do sistema. Somente um colapso total da ordem faria o estado de natureza voltar, porém o que ocorre antes disso são “reviravoltas dialéticas entre objetividade e liberdade” (ibid. p. 23). Ou seja, o efeito de sociedade é impossível de ser alcançado objetivamente, no entanto, as tentativas para alcançá-lo são a

própria constituição do poder. As vontades individuais, por sua vez, não podem ser reduzidas a identidades objetivas, elas só podem permanecer como sujeitos com uma falta constitutiva, cuja identidade se forma através de atos de identificação dialéticos, como, por exemplo, a submissão à Lei como fonte de objetividade social (ibid.).

Nesse sentido, a questão da violência em Benjamin segue em continuidade à construção do argumento dos autores. Em primeiro lugar, Benjamin coloca em questão a justificativa de determinados meios que constituem a violência, em outras palavras, seu ponto de partida é a preocupação em distinguir a violência sancionada e a não-sancionada. Isso pois a violência não-sancionada não só representa uma ameaça para as leis em sua forma concreta, mas também para o próprio princípio da legalidade. Nas palavras de Benjamin:

Pode-se considerar a surpreendente possibilidade de que o interesse da lei em um monopólio de violência em relação aos indivíduos não seja explicado pela intenção de preservar fins legais, mas, sim, de preservar a própria lei; que a violência, quando fora das mãos da lei, não a ameaça pelos fins que possa perseguir, mas por sua mera existência fora da lei (Benjamin, 1978. tradução nossa).

Há, portanto, uma divisão constitutiva da lei, no sentido de que, além de sua forma concreta, ela encarna em si o próprio princípio que a fundamenta. Para Laclau e Zac (1994), isso significa uma fissura intransponível entre os meios e os fins. Nessa cisão, se os fins são o que importa, os meios tornam-se ferramentas subordinadas aos objetivos últimos, não importando seus princípios morais ou legais. Se por outro lado, os meios são o que importa, a legalidade e a ética são centrais, de maneira que os fins são limitados pelos meios, a forma de agir define os possíveis resultados. No entanto, se os meios são subvertidos em sua concretude por representarem em si o seu próprio princípio, é a própria essência do significado da legalidade que passa a ser questionada, o que Benjamin classifica como política de mediação pura (Benjamin, 1978; Laclau & Zac, 1994). Na tentativa de ampliar o conceito de Benjamin, Laclau & Zac incorporam em seu argumento a análise de Werner Hamacher (1991) sobre a “Crítica da Violência”.

Hamacher explora o conceito de “mediação pura” para pensar na possibilidade de uma ação que não busca criar ou modificar leis, mas “depor” a violência sem uma forma direcionada. Assim, a violência pura é entendida como uma condição anterior a atos performativos quaisquer, i.e, aquele que atua para criar ou modificar algo. Ela representa uma condição para o movimento, mas não o movimento, de fato:

O fato de que *affirmations* (ou violência pura) permitem que algo aconteça sem fazê-lo acontecer tem um duplo significado: primeiro, eles permitem que essa coisa entre no reino das imposições, das quais eles próprios estão excluídos; e, segundo, eles não são o que aparece no reino das imposições, de modo que o campo da fenomenalidade, como o campo da manifestação positiva, só pode indicar os efeitos do *affirmative* como elipses, pausas, interrupções, deslocamentos, etc., mas nunca pode contê-los ou incluí-los (Hamacher, 1991. tradução nossa).

A violência pura, nessa perspectiva, não é capaz de se manifestar de forma específica em sua objetividade. Para Laclau & Zac (1994), ocorre nesse momento outra divisão constitutiva intransponível: combater a violência através da sua transposição em um sistema de violência nunca será capaz de alcançar a pura deposição da violência. A tentativa de depor um sistema de violência ou poder sempre resulta em um novo sistema de violência e poder, criando uma assimetria social inescapável. Assim:

Parafraseando Lacan, poderíamos falar de "um sujeito suposto a libertar". E nos encontraríamos novamente com o lugar do sujeito como o lugar de uma falta constitutiva. Se a pura deposição — uma violência como mediação pura (uma violência não-violenta porque não é direcionada contra nenhum objeto específico) — fosse possível como um ato independente, isso significaria, então, a morte do sujeito, pois a dualidade sujeito/objeto teria sido completamente eliminada. Mas se a relação entre afirmar e depor é de contaminação mútua, então a pura deposição só pode habitar os atos históricos de afirmar/depor como aquilo que está ausente, como algo exigido pela estrutura do ato, mas, ao mesmo tempo, como algo que é tornado impossível por essa própria estrutura. [...] Esse espaço de indecidibilidade, de irrepresentabilidade, é o locus do sujeito. Existem sujeitos (no plural) porque o Sujeito (ou o Objeto, o que equivale ao mesmo) é impossível (Laclau & Zac, 1994. p. 27).

Dando sequência às divisões, Laclau e Zac, a partir da revisão feita por Reiner Schürmann sobre a distinção entre presença e presenciar (tradução nossa do original *presence* e *presencing*), buscam destacar a diferenciação feita por Heidegger entre ôntico e ontológico. Heidegger utiliza uma pluralidade de sentidos sobre a constituição da "origem" (*arché*, *principium*, *Ursprung*) para tentar desconstruir essa estrutura e retornar a um sentido mais puro do termo.

Arché, em Aristóteles, é o primeiro conceito a unir dois significados distintos: início e dominação. Laclau e Zac (1994, p. 28) destacam que é a crescente subordinação do início à dominação que constitui a estrutura central discursiva da metafísica ocidental. Este ponto é importante, pois estabelece a base para uma estrutura do pensamento onde a causalidade

contribui para a noção de que o começo não é livre, mas sempre condicionado à dominação. Conforme Schürmann, a causa é aquilo que inicia a ação ao mesmo tempo que também a comanda, e essa ligação marca uma relação inseparável entre começo e uma função de autoridade (Schürmann 1990, apud Laclau & Zac, 1994).

Posteriormente, *arché* é traduzido do grego para o latim por Cícero como *principium*. Essa tradução não é neutra, uma vez que insere uma dimensão hierárquica e reforça a ideia de autoridade ligada a um poder centralizado. Na Idade Média, *principium* é elevado à condição de causa de toda a realidade, sendo centralizado na figura de Deus como início, criador e autoridade absoluta e incontestável, no sentido de que toda "origem" deve ser subordinada ao poder divino. Este princípio supremo é, então, transferido para a ordem da razão e, sob o domínio da lógica, estabelece-se como representação universal para um sujeito (Laclau & Zac, 1994, p. 29). É essa transição de um princípio ontológico para um princípio lógico que, transformando-se em razão, assume uma função universal de representação baseada na subjetividade humana.

Para Heidegger, esse processo caracteriza um endurecimento da dimensão da dominação que oculta o Ser como início. A partir desse entendimento, ele propõe um retorno à origem na tentativa de tornar visível novamente a diferença entre Ser e entes como uma diferença temporal, caracterizando um tipo diferente de entendimento sobre a origem, a qual denomina *Ursprung*. É necessário destacar que um aspecto crucial para a argumentação de Heidegger é que a possibilidade de acesso a esta origem proposta por ele depende necessariamente de uma passagem pelo nada. Segundo Laclau e Zac, este argumento é central, pois através dele Heidegger estabelece que o nada é a própria condição de acesso ao Ser. Se algo fosse simplesmente uma atualidade inquestionável, não haveria diferença ontológica, uma vez que o ôntico e o ontológico estariam sobrepostos de tal maneira que resultariam em uma presença pura (ibid., p. 29). Nesse sentido, o Ser seria representável apenas como o mais universal possível, eliminando as diferenças específicas. Por outro lado, quando o nada representa uma possibilidade real, qualquer ente (ser) se torna possibilidade, revelando ao mesmo tempo sua especificidade ôntica e o Ser como tal (ibid.). Ou seja, a possibilidade do nada traz à tona o caráter temporal do Ser, fragmentando a identidade. É essa diferenciação ontológica que, para Laclau e Zac, permite pensar no sujeito como aquele em que a ausência do ser é sua condição de acesso ao Ser (ibid., p. 31).

Os autores farão isso a partir da lógica do significante em Lacan. A abordagem deles é em relação a questão do sujeito, enquanto falta, e a identidade, enquanto objetividade, mediado através do mecanismo da identificação, na qual o ato da identificação é o responsável por desempenhar a função de preenchimento a partir de um movimento que envolve a função de determinação a partir da falha na constituição de uma unidade objetiva (ibid.). De acordo com Laclau e Zac, Lacan enxerga nossa identidade como algo que se desenvolve através de uma série de processos de identificação ao longo de um período de tempo a partir de circunstâncias específicas. A estrutura psíquica humana estaria dividida em dois processos fundamentais: projeção, onde atribuímos nossas características ao externo, e a introjeção, onde internalizamos o exterior. Segundo Lacan, esses processos representam a operação da psique humana no registro do imaginário (ligado às identificações) e do simbólico (ligado à linguagem e às normas sociais), i.e., nossa relação com o mundo social (o Outro) se dá em uma relação co-constitutiva, somos tantos sujeitos quanto objetos nesse processo (ibid.).

A identidade, nesse sentido, é formada através da interação entre diferentes signos e significados sociais através de um sistema complexo de diferenças e relações. Para que as identificações sejam efetivas, elas precisam da validação do Outro simbólico. Contudo, o processo de identificação é sempre incompleto, uma vez que nenhuma representação consegue capturar a completude da subjetividade (ibid. p. 32). Esse aspecto é crucial na formação da identidade, é justamente através das brechas e incompletudes que surge a subjetividade. A tentativa de construir uma unidade é carregada de elementos de impossibilidade, o que significa que a identidade nunca é completamente estável (ibid.).

A questão central para Lacan é que existe uma relação dialética constitutiva do sujeito, onde ele está ao mesmo tempo dentro e fora do campo das representações simbólicas, o Outro. É uma dinâmica de frequente presença e ausência, aparecendo e desaparecendo ao mesmo tempo como o sujeito da falta, que não pode ser completamente simbolizado, e como unidade simbólica através de identificações. É justamente nesta dupla condicionalidade que Laclau e Zac identificam o motor responsável pela criação de novas identificações: o sujeito transita entre os significantes, nunca sendo capaz de alcançar uma identidade plena, mas continuamente se diferenciando (ibid. p.34-35).

Tendo realizado a exposição das principais bases teóricas sob as quais Laclau encaixa sua obra é importante salientar alguns pontos importantes para o entendimento que estamos tentando construir sobre a formação das identidades políticas. O ponto central é que há uma

divisão fundamental entre o conteúdo com o qual os sujeitos se identificam e a função da identificação em si. A partir de Hobbes, a função do ordenamento político e a sua manifestação enquanto concretude são separadas. Este processo na democracia moderna é intensificado, uma vez que ocorre a institucionalização de um espaço político em que a função não pode ser circunscrita em um conteúdo específico, permitindo que diferentes tipos de formas ordenadoras ocupem este espaço, explicitando ainda mais a diferença entre a função garantidora da ordem e suas manifestações particulares (Laclau & Zac, 1994. p. 36). Duas importantes características para o pensamento político laclauniano a partir dessa lógica. A primeira é que a política depende da construção de significantes vazios, representando a plenitude ausente, uma idealização a ser alcançada. É essa estrutura que permite a disputa política entre a ordem e a função ordenadora, disputa essa travada por forças antagônicas que buscam a partir dessas construções tentar representar a plenitude na tentativa de garantir uma forma ideal de comunidade. A segunda, por sua vez, diz respeito à identidade dos agentes políticos em uma sociedade politicamente organizada. Ela depende de atos de identificação contínuos, sustentando, alterando ou rejeitando a ordem, de maneira que a identidade política é sempre precária e transitória (ibid. p. 37).

2.3 DISCURSO E SIGNIFICANTES VAZIOS.

Nesse momento podemos entrar em outra categoria central para Laclau, o discurso. O discurso é o terreno primário da construção da objetividade. Isto pois, seguindo a exposição teórica desenvolvida até aqui, o terreno do discurso é onde as relações de diferenciais desempenham um papel de constituição (Laclau, 2005. p. 68). Pois, como já vimos, Laclau rejeita qualquer princípio ou totalidade que não esteja circunscrita nas diferenças discursivas que tentam, sempre imperfeitamente, dotar a realidade de sentido. Ou seja, o autor dá ênfase a construir uma ontologia em que os significantes só adquirem significado através de suas diferenciações mútuas, sem recorrer a fundamentos externos.

Isso só é possível através dos significantes vazios e da hegemonia. Laclau (2005) desenvolve a partir de cinco passos argumentativos a estrutura que explica seu entendimento sobre a natureza das identidades diferenciais e sua relação com a totalidade objetiva. Em primeiro lugar, o autor estabelece que em um conjunto de identidades puramente diferencial, a totalidade precisa se fazer presente em cada ato de significação (ibid. p. 69). Ou seja, quando buscamos compreender qualquer significante, necessariamente precisamos mobilizar todo o

sistema de diferenças que permite aquele elemento específico possuir um significado. Uma palavra só significa o que significa porque é diferente de outras palavras, por exemplo. O segundo passo, contudo, representa um paradoxo: se a totalidade é condição para a significação, só podemos concebê-la através da determinação do seu limite, ou seja, é necessário diferenciá-la de algo que está fora dela (ibid.). O “outro” que permite delimitar a totalidade só pode ser outra diferença, portanto, já deveria estar circunscrita na própria totalidade. Para Laclau, isso representa uma tensão constitutiva da identidade, pois, ao mesmo tempo em que a totalidade é necessária para a significação, ela é impossível de ser plenamente apreendida, uma vez que exige um exterior que ela própria não pode conceber. Nesse sentido, a totalidade só pode operar como um horizonte, e não como um fundamento.

Esse paradoxo será resolvido a partir de uma terceira movimentação teórica. Laclau propõe que a única possibilidade de se ter algo exterior à totalidade seria se esse exterior não se manifestasse como mais uma diferença, mas como um elemento excluído, algo que foi expulso da totalidade para que esta pudesse ser constituída (ibid. p. 70). Trazendo para o campo político como exemplificação, isso poderia se dar através da demonização de uma parte da população como uma exclusão, constituindo, assim, um senso de coesão interna. Essa dinâmica, contudo, subverte a lógica da diferença, o que Laclau explica no quarto passo: todas as outras diferenças tornam-se equivalentes em relação ao elemento excluído, identificando-se umas com as outras através da rejeição comum ao elemento. No entanto, se todas as diferenças são equivalentes, isso acaba subvertendo o que as definia como diferentes entre si, ou seja, no lugar da totalidade encontra-se uma tensão entre as lógicas de diferença e equivalência que não tem solução (ibid.). Há somente uma totalidade fracassada, uma “plenitude irre recuperável” (ibid.).

A totalidade, portanto, é ao mesmo tempo impossível e necessária. Pois, seguindo o argumento, ao mesmo tempo que a tensão entre as lógicas equivalenciais e diferenciais é insuperável, algum tipo de totalidade precisa existir para que haja significação e identificação, ainda que sempre precariamente (ibid.). Esse ponto é crucial para Laclau, a representação da totalidade só pode ocorrer pela diferenças particulares, no entanto o que o autor argumenta é que, em um determinado contexto, uma diferença particular pode assumir a representação da totalidade sem perder a sua particularidade, mas dividindo-se entre sua própria essência particular e a representação do universal da qual torna-se símbolo (ibid.). É isso que Laclau irá denominar como *hegemonia*. A identidade hegemônica torna-se um *significante vazio*, seu conteúdo particular passa a encarnar o horizonte inatingível.

Para Laclau, esse deve ser o ponto de partida na discussão sobre populismo: não é possível a transposição completa entre a vontade política e o espaço comunitário, mas é a tentativa em construir essa ponte que define a articulação política das identidades sociais. (Laclau, 2005a. p.34) Essa articulação pode se dar em duas maneiras. Quando demandas individuais são resolvidas pontualmente e todos aceitam a legitimidade do processo, não há criação de divisão ou fronteiras sociais. Por outro lado, quando há um acúmulo de demandas não satisfeitas, essas demandas são unidas pela insatisfação em comum dos grupos insatisfeitos, e a partir da “lógica da equivalência”, a solidariedade e frustração compartilhada entre esses grupos faz com que suas diversas demandas particulares se unam na base de suas insatisfações formando uma cadeia de equivalências entre elas (Laclau, 2005a. p.35-36).

A retórica, por sua vez, é essencial na amarração teórica entre significantes vazios e os mecanismos de representação política, particularmente na formação conceitual de “povo”. Aqui, Laclau destaca o papel da catacrese, propondo que na retórica ocorre fenômeno semelhante à construção dos significantes vazios, já que se trata de um fenômeno fundamentalmente retórico (Laclau, 2005. p. 71). Isso pois a catacrese representa uma expressão figurativa que não pode ser substituída por um termo literal, como o “pé da mesa”, por exemplo. Para Laclau, esse conceito pode ser expandido para abarcar qualquer alteração de significado que não pode ser expressa literalmente (ibid.). Ou seja, se o significante vazio surge da necessidade de representar algo simultaneamente impossível e necessário, a operação hegemônica imbuída nesse processo é resultado de uma catacrese, e por conseguinte, a construção política do “povo” também o é (ibid.).

Conforme Burity (2008), todo fenômeno social, para Laclau, é atravessado por distintas formações discursivas, na medida em que o sentido desses fenômenos é dado por uma articulação inseparável entre sua dimensão física e sua dimensão significativa. Assim, Burity argumenta que Laclau procura dar conta das regras de produção de sentido sob as quais fenômenos encontram sua representação no mundo e simultaneamente sua representação em um conjunto de discursos que se articulam entre si em um determinado fenômeno específico (Burity, 2008. p. 66). Há uma diversidade de relações que podem direcionar o discurso a representar, a partir de uma determinada posição, uma diversidade de demandas, ainda que não totalmente alinhadas.

Para melhor ilustrar seu ponto, Burity utiliza o exemplo de uma assembleia de estudantes onde a motivação dos grupos que a compõem é diversa. No entanto, mesmo que não

concordem por completo com o discurso da liderança, eles estão reunidos naquele momento porque o discurso ali realizado consegue articular as suas diferentes demandas. Ou seja, naquele momento foi constituída ali uma hegemonia contingente articulando diversas experiências (Burity, 2008. p. 67).

2.4. POPULISMO ENQUANTO LÓGICA POLÍTICA.

Como podemos entender a formação da lógica populista? Para Laclau (2005), o conceito de “povo” representa uma manifestação de relações concretas entre atores sociais, representando uma forma de constituir a unidade de um grupo. Nesse sentido, para entender a especificidade da lógica populista, é preciso analisar a unidade mais básica da articulação de um grupo, i.e. a *demanda social* (Laclau, 2005. p. 73). Quando demandas sociais isoladas, denominadas “demandas democráticas”, não são resolvidas, elas passam a se articular coletivamente através da articulação equivalência, constituindo uma subjetividade social mais ampla, passando a categoria de “demandas populares”, locus da construção do “povo” como ator. Esse é, de acordo com Laclau, o embrião do populismo (ibid. p. 74).

Contudo, a não resolução das demandas sociais de forma contínua pode acarretar na desintegração do próprio marco simbólico da sociedade, fazendo com que as demandas se rearticulem em um novo referencial. Por conseguinte, a construção do “outro” também passa por uma reformulação, passando a depender cada vez mais de uma construção política, fazendo com que as fronteiras antagonísticas tornem-se menos determinadas (ibid. p. 86). Esta indeterminação se manifesta na mobilidade dos significantes dentro das formações discursivas, pois como já vimos, tudo depende do sistema de articulações em que está inserido. Nesse sentido, um significante como “trabalhador” pode delimitar uma classe em particular, ou em outro contexto, o próprio “povo” (ibid. p. 87). É a divisão antagonica do populismo que opera os significantes que irão condensar a significação em dois campos distintos, por exemplo, entre “regime” e “povo”. É essencial destacar, no entanto, a diferença entre a função ontológica de construir o discurso sobre a divisão antagonica e o conteúdo ôntico que desempenha esse papel objetivamente. Isso para Laclau permite que o populismo, per se, não tenha conteúdo próprio, ou seja, populismos de esquerda e de direita podem existir em várias direções (ibid.).

Este processo em um determinado momento, no entanto, é cristalizado. As relações equivalências ultrapassam a barreira de um simples sentimento comunitário e se consolidam em uma identidade específica, a identidade do povo. Ou seja, aquilo que era inicialmente uma

mediação entre diferentes demandas, torna-se o próprio fundamento dessas demandas. Para Laclau, esse processo de inversão caracteriza a operação essencial do populismo (ibid. p. 93). Duas dimensões são fundamentais nesse processo. Primeiramente, a demanda cristalizada é dividida em sua particularidade original enquanto, ao mesmo tempo, passa a significar toda a cadeia de demandas equivalências. Em segundo lugar, é preciso que as identidades populares se unifiquem em torno dos significantes que representem a totalidade circunscrita naquele momento. Ocorre que, quanto mais extensa a cadeia, mais os significantes se distanciam de suas demandas específicas originais. Nas palavras de Laclau: “uma identidade popular funciona como um significante tendencialmente vazio” (ibid. p. 96).

Há ainda um outro elemento crucial na análise de Laclau acerca da formação de uma identidade popular, a dimensão do afeto. Para Laclau, na transposição das demandas isoladas para a formação discursiva hegemônica envolvida na constituição do povo, é fundamental a integração com a dimensão afetiva, pois, conforme descrito por Saussure (Laclau, 2005. p. 111), a significação depende de substituições paradigmáticas entre significantes e significados. De certa maneira, o que Laclau argumenta é que a política funciona a partir da capacidade de investir emocionalmente em certos símbolos que passam a representar a totalidade dos desejos do que seria um ideal de sociedade. Em sua visão, esta dimensão emocional é essencial para entender qualquer movimento político, especialmente os populistas. Quando um líder passa a representar todas as esperanças de um povo, quando um símbolo (a foice e o martelo, por exemplo) passam a representar todo um movimento político, essa cristalização dos significantes operacionalizados a partir da hegemonia é, para Laclau, a própria essência da política (ibid. p. 116).

Todo esforço teórico de Laclau exposto até aqui tem por objetivo deslocar o populismo do entendimento de um tipo específico de movimento, mas compreendê-lo enquanto uma lógica política. Para o autor, a lógica política possui uma especificidade que a diferencia da lógica social. Enquanto estas consistem em regras estabelecidas dentro de um horizonte onde alguns objetos podem ser representados e outros excluídos, aquelas estão diretamente relacionadas com a própria instituição do social enquanto tal (ibid. p. 117). Assim, o social é decorrente de um processo de articulação política das demandas sociais que, a partir da lógica da equivalência e da diferença, constituem um sujeito político capaz de abarcar a pluralidade de demandas. Por sua vez, a construção de um sujeito envolve a divisão de fronteiras internas e a identificação de um “outro” institucionalizado. Para Laclau, essa combinação de elementos é a síntese do populismo. A relevância desse movimento, portanto, está em permitir uma compreensão acerca

das manifestações políticas populistas aparentemente distintas sob uma única perspectiva teórica(ibid.).

Nesse sentido, é pertinente trazer nesse momento uma representação gráfica apresentada por Laclau para melhor compreender este processo:

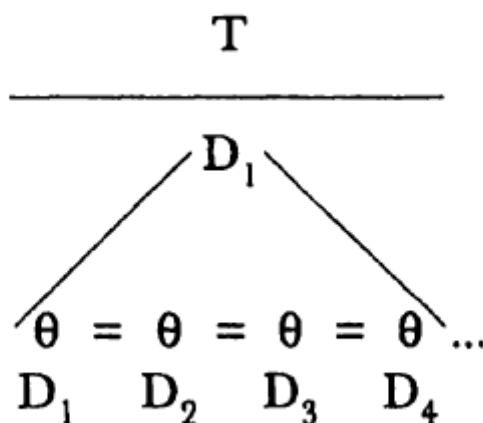


Figura 1 – Demandas e equivalências. Fonte: Laclau, 2005.

Podemos afirmar que uma demanda coletiva, nesta perspectiva, é essencialmente um pedido direcionado a um Outro. Quando vários sujeitos se unem em torno de uma reivindicação comum - seja por cotas, igualdade salarial, infraestrutura urbana ou educação de qualidade - forma-se uma demanda coletiva. O processo de identificação, portanto, ocorre primeiramente no entorno contingente dessas demandas reivindicadas (Perez & Starnino, 2021). Conforme exposto anteriormente, Laclau enfatiza que as identidades coletivas se constroem a partir de demandas insatisfeitas e esta frustração leva à formação de cadeias de equivalência entre diferentes demandas. Este diagrama representa um exemplo histórico utilizado pelo autor acerca do Czarismo (tzarism, no original). (T) representa o Czarismo, separado por uma linha horizontal (fronteira) do resto da sociedade; os círculos (D1) a (D4) representam as demandas particulares, divididas entre sua particularidade (semicírculo inferior) e seu significado antissistema (semicírculo superior). O (D1) posicionado acima dos círculos equivalentes representa o equivalente hegemônico geral, que ao mesmo tempo é parte da cadeia e seu representante (Laclau, 2001. p. 303).

A lógica embutida nesse diagrama, contudo, não se resume a uma conjuntura histórica específica. Perez e Starnino, por exemplo, desenvolvem um outro esquema de exemplos utilizando como base o esquema de Laclau. Na conjuntura imaginada por eles, um "grupo B"

do bairro X com uma demanda (D1) por transporte público. Quando esta demanda específica é atendida institucionalmente, o grupo se dissolve. Por outro lado, um "grupo C" do bairro Y com uma demanda (D1) por "menos repressão policial aos negros da comunidade", que se conecta com um "grupo N" nacional que demanda "cotas raciais" (D2). Estas demandas não atendidas formam uma cadeia de equivalência, levando à formação de uma identidade coletiva mais ampla. O diagrama de demandas de Laclau representa este processo mostrando como diferentes demandas (D1, D2, D3, D4) se articulam em oposição a entraves contingenciais (T) que impedem seu atendimento. Ou seja, como observado anteriormente, isto explica por que as identidades coletivas são sempre contingentes e mutáveis, sujeitas a reconfigurações constantes através das articulações entre diferentes demandas.

Aqui podemos recapitular alguns pontos a fim de elucidar a relação entre as identidades populares e a democracia. Conforme exposto, a emergência da democracia moderna envolveu uma transformação simbólica fundamental na organização do poder político. Na hierarquia da sociedade pré-moderna, o poder estava centralizado na figura do rei, que funcionava como ponto de unidade entre poder, conhecimento e lei. O rei era, literalmente, a incorporação do poder, no sentido de que sua figura representava o corpo da sociedade. Esta estrutura permitia um conhecimento objetivo das relações sociais e das posições que cada um ocupava na hierarquia social. Nesse ponto, Laclau incorpora Claude Lefort em sua análise. A revolução democrática moderna, segundo Lefort, promoveu uma transformação radical neste imaginário político. O aspecto revolucionário e sem precedentes da democracia reside no fato de que o lugar do poder se torna um "lugar vazio". Como Lefort explica: "O exercício do poder está sujeito aos procedimentos de redistribuições periódicas... O fenômeno implica uma institucionalização do conflito" (Lefort, 1988 apud. Laclau, 2005. p. 164).

Esta mudança significa que a democracia se institucionaliza e se sustenta através da dissolução dos marcadores de certeza, no caso a representação corpórea do poder na figura do rei. Isto, segundo Lefort, inaugura um período histórico no qual ocorre uma indeterminação fundamental quanto às bases do poder, da lei e do conhecimento, assim como quanto às bases das relações entre si mesmos e o Outro, em todos os níveis da vida social (Lefort, 1988 apud. Laclau, 2005. p. 164). Em outras palavras, a democracia moderna representa uma ruptura com a ordem tradicional onde o poder tinha uma encarnação visível e permanente. No regime democrático, o lugar do poder torna-se um espaço *vazio*, estando sujeito a disputas periódicas através de processos eleitorais, demarcando uma indeterminação que é característica da experiência democrática moderna por sua própria essência.

Embora Lefort reconheça a igualdade como valor fundamental da democracia, que para Laclau se aproxima da sua lógica equivalencial, a análise dos autores segue caminhos distintos. Para Lefort, o marco simbólico democrático deve ser contraposto ao totalitarismo. No regime totalitário, ocorre uma condensação entre as esferas do poder, da lei e do conhecimento. O poder se apropria do conhecimento sobre os objetivos últimos da sociedade e das normas que regulam as práticas sociais, apresentando-se como articulador da própria realidade. Este poder se encarna em um grupo e, em seu nível mais alto, em um único indivíduo (Lefort, 1988 apud Laclau, 2005. p. 165. Em seguida, Lefort explica como o totalitarismo surge em sua visão:

quando os indivíduos se sentem cada vez mais inseguros como resultado de uma crise econômica ou da devastação provocada pela guerra, quando os conflitos entre as classes e grupos são exacerbadas e não podem mais ser resolvidos simbolicamente na esfera pública, quando o poder parece ter afundado no nível da realidade e não ser mais do que um instrumento para a promoção de interesses e apetites da ambição vulgar, quando, numa palavra, esse poder surge na sociedade e quando, ao mesmo tempo, a sociedade parece estar fragmentada, então presenciamos o desenvolvimento da fantasia de Um-Só-Povo, o início da busca de uma identidade substancial, de um corpo social unido por meio de sua cabeça, de um poder encarnado, de um Estado livre da divisão. (Lefort, 1988 apud Laclau, 2005. p. 165. tradução nossa).

É nesse momento que Laclau diverge de Lefort. Isso pois, segundo o autor, várias das características descritas por Lefort estão presentes em movimentos populistas que não são necessariamente totalitários. Pelo contrário, ele enxerga nessas mesmas características o próprio fundamento das demandas coletivas que podem ser também profundamente democráticas (Laclau, 2005. p. 166). Laclau argumenta que a limitação principal da análise de Lefort está em seu foco exclusivo nos *regimes* liberal-democráticos, negligenciando a construção de *sujeitos* popular-democráticos. Para Laclau, a questão do "lugar vazio" do poder na democracia se coloca de maneira diferente: não se trata de um lugar estruturalmente vazio, como propõe Lefort, mas de um vazio produzido pela operação de lógicas hegemônicas. O vazio, na perspectiva de Laclau, é um tipo de identidade, não uma localização estrutural (ibid.).

Aqui, Laclau acrescenta o argumento de Mouffe. O autor destaca que, embora reconheça sua dívida intelectual com Lefort, Mouffe propõe diferenciar dois aspectos da democracia moderna: por um lado, a democracia como forma de governo (princípio da soberania popular) e, por outro, o marco simbólico dentro do qual este governo democrático é exercido. A democracia moderna, para Mouffe, possui uma configuração específica, na qual está presente

o princípio democrático do exercício do poder popular, no entanto, dentro de um enquadramento baseado no discurso liberal, sobretudo no que tange à liberdade individual e os direitos humanos (Mouffe, 2000. apud. Laclau, 2005. p 167). Ou seja, enquanto Lefort vincula a questão da democracia exclusivamente ao marco simbólico liberal, identificando implicitamente democracia com democracia liberal, Mouffe vê apenas uma articulação contingente entre ambas as tradições. Se tomarmos como certo o argumento de Mouffe, como Laclau o faz, é possível afirmar que outras articulações são possíveis, i.e., podem existir formas democráticas fora do escopo liberal. Ademais, nessa perspectiva, a relevância de um sujeito político popular é parte da questão democrática, uma vez que o “povo” não pode ser referenciado a nenhum regime político particular (Laclau, 2005. p. 167).

Chegamos em um ponto essencial para este trabalho. Laclau, ao unir sua análise com a perspectiva de Mouffe, amarra sua argumentação e toda a base teórica e filosófica desenvolvida ao longo deste capítulo. Segundo Mouffe (2001), o fracasso da teoria democrática contemporânea em lidar com a questão da cidadania resulta de sua operação com uma concepção de sujeito que vê os indivíduos como anteriores à sociedade, portadores de direitos naturais, e como sujeitos racionais. Nessa perspectiva, os indivíduos são abstraídos das relações contingenciais que tornam possível a agência. As abordagens racionalistas excluem a questão central das condições de existência de um sujeito democrático e, portanto, falham em compreender como se formam efetivamente os sujeitos políticos e como se mantêm os valores democráticos.

Mais uma vez aqui é reforçada a noção de que uma construção universalizante da realidade social é impossível. No caso da democracia não pode ser diferente. Na abordagem laclauniana, a democracia será sempre uma forma contingente, precária e em disputa. As dimensões do afeto e as lógicas relacionais são o próprio fundamento da constituição dos sujeitos políticos democráticos. Para Laclau, é necessário ir além da estrutura formal, é impossível uma ordem puramente (previamente) conceitual explicar a formação da identidade social, sempre será necessário articular demandas através de aparatos discursivos, mobilizados sobretudo pelo afeto. O ponto principal é que a construção de um “povo” é a própria condição da democracia. Sem a produção do vazio, não há a construção do “povo”, e por conseguinte, não há populismo e nem democracia. Esse processo só ocorre se os significantes vazios desempenhem seu papel hegemônico a partir de uma cadeia de equivalências. Portanto, a democracia depende da constituição de um “povo”, de uma identificação afetiva e contingente com a democracia.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo nos permite compreender como a formação de identidades políticas, particularmente na forma do populismo, está intrinsecamente ligada ao funcionamento da democracia moderna. Partindo da perspectiva teórica de Ernesto Laclau, demonstramos que a construção do "povo" não é uma anomalia ou desvio do processo democrático, mas uma dimensão fundamental da própria política. A crítica à visão neoliberal de uma pós-política, que tentou reduzi-la a uma questão de gestão eficiente, revela como esta abordagem contribuiu paradoxalmente para o fortalecimento de movimentos populistas. A despolitização da esfera pública e o esvaziamento dos canais tradicionais de representação criaram um vácuo que foi preenchido por novas formas de articulação política, nas quais o apelo ao "povo" emerge como resposta à crise de representação.

Os fundamentos teóricos explorados nos permitiram compreender como a formação do sujeito político é necessariamente marcada por uma falta constitutiva que nenhuma identificação particular pode preencher completamente. Esta impossibilidade de fechamento total do social é precisamente o que torna possível e necessária a articulação hegemônica de demandas através de cadeias equivalências. A lógica específica do populismo, conforme exposto, não se define por um conteúdo ideológico particular, mas pela forma como articula demandas sociais não atendidas em torno de significantes vazios que possibilitam a construção de uma identidade popular. É esta construção que permite a expressão do antagonismo no conflito político e a constante renegociação das fronteiras sociais.

Em última instância, a análise da relação entre populismo e democracia demonstra como o "lugar vazio" do poder nas democracias modernas não é simplesmente um dado institucional, mas o resultado de operações hegemônicas que precisam ser constantemente rearticuladas. Nesse sentido, a dimensão afetiva destas articulações, negligenciada pelas teorias racionalistas da democracia, mostra-se fundamental para compreender como se formam e se mantêm as identificações políticas coletivas. Esta perspectiva nos oferece ferramentas teóricas importantes para analisar os fenômenos políticos contemporâneos e compreender como diferentes articulações populistas podem contribuir para o aprofundamento ou o enfraquecimento da democracia. É a partir da mobilização deste referencial teórico que iremos analisar como se deu a formação de uma identidade política bolsonarista no Brasil.

CAPÍTULO III - IDENTIDADE E ANTAGONISMO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO BOLSONARISTA

“Conhecereis a verdade e a verdade os libertará.” (João 8:32, NVI).

A ascensão política de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil em 2018 representa o ponto culminante de uma transformação profunda no cenário político nacional. Segundo o relatório final do Gabinete de Transição, "a herança do governo Bolsonaro é a desorganização do Estado e o desmonte dos serviços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos, sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e o enfraquecimento institucional do Estado. O desmonte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maioria, e mais privilégios para uma minoria" (GTG, 2022 apud AGULLÓ, 2023, p.313). Apesar de ser uma figura antiga na política brasileira, representando sobretudo um nicho militarista enquanto deputado federal, Bolsonaro foi capaz de mobilizar diferentes segmentos da população em um movimento amplo sob uma agenda unindo elementos conservadores e neoliberais.

A análise do bolsonarismo, a nosso ver, só pode ser empreendida a partir de uma abordagem multidisciplinar capaz de abarcar os diferentes aspectos sociais, culturais e econômicos envolvidos nesse processo. Esse esforço vem sendo realizado ao longo deste trabalho e será desenvolvido também nesse capítulo. Assim, entendemos que o bolsonarismo é expresso em um prisma, ou um caleidoscópio (Kalil et al, 2018), capaz de refratar-se e ao mesmo tempo refletir uma vasta gama de posições no tecido social. Nesse sentido, o fenômeno bolsonarista, segundo nossa interpretação, se insere em um contexto global mais amplo de crise de legitimidade das democracias liberais e ascensão de governos de direita que, conforme demonstramos nos capítulos anteriores, está diretamente ligado à ascensão e consolidação da hegemonia neoliberal (Brown, 2018; Norris; Inglehart, 2019). Ocorre que, no Brasil, este processo coincidiu com uma conjuntura política específica que conseguiu redefinir as fronteiras antagônicas para a emergência de um novo tipo de identidade política.

O capítulo que se segue busca explorar essas questões, situando o bolsonarismo a partir da intersecção entre conservadorismo, neoliberalismo, novas dinâmicas de comunicação de massa, bem como a mobilização desses elementos discursivamente na construção da identidade

bolsonarista. Em primeiro lugar, será discutido o contexto de genealogia do fenômeno que culminou com a eleição de Bolsonaro. Em seguida, analisaremos os trabalhos sobre a construção discursiva do sujeito bolsonarista. O capítulo analisará também a mobilização de mídias digitais e seus efeitos na construção de um vínculo não intermediado entre líder e seguidores, sob a ótica do conceito de populismo digital.

3.1 RAÍZES DO BOLSONARISMO

Solano (2018) trabalha em uma dupla chave explicativa, dividindo sua leitura sobre o fenômeno entre fatores conjunturais específicos da sociedade brasileira e fatores estruturais de uma crise do modelo democrático em escala internacional. Para Agulló (2023), o bolsonarismo emerge de dinâmicas próprias da sociedade brasileira no contexto da globalização, onde "o aumento da oferta de mão-de-obra precarizou as condições trabalhistas e as políticas previdenciárias e por último, a instabilidade financeira global afetou a estabilidade dos mercados de dívida". Nesse mesmo sentido, a formação da identidade política bolsonarista, segundo Tanscheit (2023), estruturou-se a partir de uma configuração particular que combina autoritarismo, populismo e nativismo adaptado ao contexto brasileiro. Para a autora, o caso brasileiro representa a primeira experiência bem-sucedida eleitoralmente do populismo radical de direita na América Latina, tornando-se um caso simbólico para compreender as transformações políticas contemporâneas na região.

O sucesso eleitoral de Bolsonaro é reflexo da heterogeneidade de seu eleitorado e das articulações realizadas entre eles, ou em termos laclaunianos, a construção de uma cadeia de equivalências entre demandas diferenciais (Laclau, 2005). Apesar da predominância de homens de alta renda, escolaridade elevada e religião evangélica, o movimento bolsonarista foi, ao passar do tempo, reunindo grupos variados. A base de apoio inicial também incluía jovens que viam em Bolsonaro uma figura anti-sistema que seria capaz de reaver o sentimento de desestabilização da masculinidade hegemônica (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018). A campanha de 2018 cumpre um papel essencial na diversificação do eleitorado, passando a abranger aqueles que simpatizavam com a ditadura, mulheres anti-feministas, defensores da meritocracia, moradores da periferia temerosos com a violência, entre outros grupos que encontravam-se no significante “cidadão de bem” (Kalil et al, 2018).

Para compreender 2018, no entanto, é necessário olhar para o passado recente. A reconfiguração social do Brasil nas primeiras décadas do século XXI foi marcada por um

movimento de inclusão promovida por governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A diminuição drástica da miséria, o crescimento das taxas de emprego e o surgimento de uma nova classe consumidora redesenharam as dinâmicas sociais e econômicas nas regiões periféricas do país (Solano, 2018). Ao mesmo passo, as elites e as classes médias se percebem ameaçadas com a ascensão das classes populares, o que, para a autora, constitui uma das bases do antipetismo. Um outro fator para o distanciamento das bases populares do PT foi a própria ascensão dessas novas classes consumidoras que passaram a enxergar a si mesmas como pertencentes a uma “nova classe média”, distanciando-se sobretudo de políticas assistencialistas associadas ao governo do PT (Solano 2018, Pinheiro-Machado; Scalco 2018).

A Operação Lava Jato contribuiu para o desgaste da imagem da política no geral, popularizando a visão que igualava qualquer político à corrupção (Solano, 2018.) Esta visão já vinha se consolidando no país desde as manifestações de 2013 que, segundo Baldaia, Araújo e Araújo (2021), abre uma janela de transformação política associada a crise do *petismo*, o desgaste econômico e desloca o debate público para questões morais, temas estes que seriam explorados pelos grupos de direita na sequência. Nessa perspectiva, os valores morais passam a fazer parte do debate político e a integrar a cadeia de equivalências na caracterização do “cidadão de bem”. Agulló (2023) destaca, por exemplo, o papel das igrejas evangélicas e das forças de segurança nesse processo. O rápido crescimento da população evangélica, sua associação com a Teologia da Prosperidade, e a consolidação de um grupo de deputados denominados como Bancada Evangélica fortaleceram a capacidade de mobilização política da religião. Essa mobilização ocorreu principalmente com a utilização de significantes vazios, tais como a defesa da “família tradicional”, em oposição ao “kit gay”, a “ideologia de gênero”, a “doutrinação nas escolas”.

Outro pilar foi a mobilização do discurso em torno da segurança pública, operando uma ressignificação da ditadura como um período de ordem e utilizando o “bandido” como figura central a ser combatido (Vargas et. al, 2018). O Brasil experienciou nos anos 2000 um período excepcional de inclusão econômica das classes mais desfavorecidas. Essa inclusão, no entanto, não veio acompanhada de políticas de segurança pública capazes de surtirem efeito a curto prazo. Nesse contexto surge a “Bancada da Bala” no Congresso Nacional, conferindo a Bolsonaro projeção pública, a qual utilizou para promover uma solução simples em um misto de segurança individual, na defesa do porte de armas, e uma associação de segurança e ditadura, manobra que serviu para uma maior consolidação política do bolsonarismo (Agulló, 2023).

Um aspecto econômico importante na consolidação do bolsonarismo e específica do cenário brasileiro no início do século XXI foi a transformação do Brasil em uma potência agrícola. Pompéia (2020), define como “concertação agrária” a articulação que se sucedeu entre bases populares, influenciadas pelas igrejas evangélicas e as elites do setor agrícola, representados pela tríade composta pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, a Bancada Ruralista e o Instituto Pensar Agro. Nesse cenário, uma nova realidade sociológica desponta no Brasil rural, marcado por transferências populacionais, expansão da fronteira agrícola e mudanças nas relações de produção. Essas mudanças provocaram conflitos fundiários explosivos e, como forma de proteção política, conflagraram a composição de articulações corporativistas que visavam fortalecer a influência do agro na política nacional (Agulló, 2023). O bolsonarismo, por sua vez, assumiu como sua agenda política da “concertação” ao mesmo tempo que utilizavam de um referencial discursivo que tinha por objetivo a sustentação da agenda do agro nas camadas mais populares. Para Agulló, esse discurso, denominado de anti-ambientalista, é também uma das essências do bolsonarismo.

Tabela 1. Tipificação das Ênfases das Análises do Bolsonarismo.

Tipo	Ênfase
1	Figura Bolsonaro, fatores de personalidade e trajetória
2	Contexto político, econômico e impactos das manifestações de 2013
3	Uso eficiente de comunicação política em ambientes digitais
4	Integração a fenômenos internacionais de ameaça à democracia, ascensão de novas direitas e populismo
5	Adesão à pauta evangélica
6	Militarização da sociedade, difusão de milícias e papel da crise na segurança pública nos grandes centros urbanos
7	Avanço do neoliberalismo nos planos econômicos e das subjetividades
8	Consequência de ações geopolíticas e conexões com a Lava Jato
9	Reação aos novos movimentos sociais e a produção de reformas jurídicas e políticas relacionadas a gênero corporeidades, direitos reprodutivos e sexualidade

Fonte: Adaptado de Baldaia, Araújo, Araújo (2021).

Nesse sentido, podemos acrescentar os resultados do trabalho realizado pelo grupo de pesquisa sobre Brasil Profundo, presentes no artigo de Baldaia, Araújo e Araújo (2021). Os autores conduziram um estudo no qual foram tipificadas as principais produções sobre o tema de acordo com suas respectivas ênfases sobre a interpretação do fenômeno bolsonarista (Tabela 1). Os autores enxergam, a partir disso, que há uma lacuna entre os esforços explicativos encontrados em sua pesquisa, na medida em que, para compreender este processo, é necessária uma imersão na cultura política capaz de alcançar padrões comportamentais difusos, acessando aspectos de uma mentalidade de longa duração reproduzidos em crenças, valores e hábitos nacionais (Baldaia, Araújo, Araújo, 2021). Em outras palavras, Baldaia, Araújo e Araújo, argumentam que, embora o bolsonarismo possua uma aparência original, ele está relacionado a processos de identificação em representações de longa data presentes na cultura nacional. Nossa intenção com esse trabalho é avançar nesse debate.

Assim, os autores afirmam que o bolsonarismo teve êxito em aglutinar uma tradição conservadora brasileira que não se sentia representada no poder. Ocorre, então, uma união entre militares das Forças Armadas, que enxergavam uma oportunidade de voltar à política, militares das forças policiais, que acreditavam no bolsonarismo como forma de lidar com a violência urbana e como uma forma de ganhos materiais e simbólicos, e de modo geral, setores conservadores vinculados a grupos religiosos, que reivindicavam valores da “família tradicional” e a reconstrução do conservadorismo no Brasil (ibid.). Todos esses elementos já faziam parte da cultura política brasileira, no entanto, foram ressignificados e amalgamados a partir do discurso do bolsonarismo.

3.2 O DISCURSO BOLSONARISTA E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA ANTAGÔNICA

Conforme exposto no capítulo anterior, Laclau (2005) estabelece que a formação de identidades políticas decorre de um processo articulatório no qual diversas demandas sociais não atendidas se conectam através de uma cadeia de equivalência. É essa conexão que constrói uma subjetividade mais ampla e constitui a conformação do “povo” enquanto ator político. O processo de construção envolve a cristalização de significantes vazios, que passam a representar as demandas coletivas a partir de um recorte hegemônico. Nesse processo, uma fronteira antagonística é estabelecida, dividindo o campo social entre “nós” e o “Outro”, constituindo, assim, a identidade política que chamamos de *bolsonarismo*.

É a partir dessa lógica que pretendemos compreender como se estrutura o discurso bolsonarista. Nesse sentido, como destacam Vargas et. al (2018), recurso retórico é fundamental na mobilização política que articule diferentes demandas sociais a partir de uma diferenciação moral facilmente compreensível, isto é, o antagonismo entre o “Nós” (positivo) é inseparável da construção do “Eles” (negativo). Essa divisão discursiva do bolsonarismo, para os autores, é representada no significante “cidadãos de bem”, o “nós”, frente sua oposição, os “esquerdistas”. O cidadão de bem passa de uma designação de conduta pessoal para um demarcador de distinção política amplo, representando não apenas o comportamento moral adequado, mas um conjunto de reivindicações políticas capaz de abarcar progressivamente tendências antissistema (“contra todos os partidos”, “contra tudo isso que está aí”) e anticorrupção, identificada com o petismo (Kalil et. al, 2018).

A cadeia de equivalências é extensa e multifacetada. Muitos do campo progressista não enxergavam a capacidade de articulação política nos discursos bolsonaristas, uma vez que os classificavam como incoerentes e contraditórios, mas é exatamente nessa multiplicidade de sentidos que reside sua força (Kalil et. al, 2018; Cesarino, 2019). Assim, a construção discursiva ao redor do 'cidadão de bem' faz com que as pessoas, através das cadeias de equivalência, associem pautas de grupos diversos ao termo, as quais passam a fazer parte também desse significante vazio (Vargas et al., 2018). Ou seja, o significante passa a representar os defensores da família tradicional, valores cristãos conservadores, a Escola sem Partido, a redução da maioria penal, o controle da natalidade como condição de combate a violência e a pobreza, valorização das armas, da polícia e dos militares, defensores da livre iniciativa, proprietários rurais que demandam segurança no campo, os defensores da meritocracia como forma de ascensão social e financeira, em suma, os verdadeiros patriotas(íbid.).

Do outro lado, “Eles”, representam o sentido inverso. Os “esquerdistas”, portanto, estão associados à bandidagem, imoralidade e a corrupção. A cadeia equivalencial estende-se para abarcar também outros grupos sociais específicos: homossexuais, mulheres, ativistas dos direitos humanos, defensores do desarmamento, terroristas do campo (indígenas, quilombolas e sem-terra), movimentos sociais, cotistas, intelectuais, jornalistas, protetores de traficantes, doutrinadores de Paulo Freire e Gramsci, em síntese, os antipatriotas (íbid.). Essa fronteira está representada na tabela abaixo:

Tabela 2. Fronteira antagônica no discurso bolsonarista.

Nós	Eles
Cidadão de bem: segurança e moral	Esquerdismo: bandidagem, imoralidade e corrupção
Família	Gays e homossexuais
Defensores de controle da natalidade e da redução da maioridade penal	Ativistas de direitos humanos
Defensores dos valores cristãos conservadores	Socialistas e sociais-democratas
Homens	Mulheres
Defensores da Escola sem partido	Doutrinadores de Paulo Freire e Gramsci
Armamentistas e milícias	Desarmamentistas e defensores dos direitos humanos
Policiais e militares	Intelectuais, jornalistas, protetores de traficantes e estupradores
Agronegócio e segurança no campo	Indígenas, quilombolas, sem-terra e terroristas do campo
Proprietários e livre iniciativa	Invasores da propriedade privada, movimentos sociais e comunistas
Mérito, jovens que querem subir na vida	Cotistas, bolsistas e refugiados
Patriotas	Políticos corruptos e Fórum de São Paulo

Fonte: Vargas et al, (2018).

Nesse mesmo sentido, Kalil et al. (2018) identificam dois elementos estruturantes fundamentais nesta divisão: a acusação de "comunismo" e a "ideologia de gênero". O "comunismo" é mobilizado, semelhante aos “esquerdistas”, de forma extremamente flexível como maneira de se opor a qualquer posição de esquerda, sendo associado à pobreza, autoritarismo, corrupção, "bolivarianismo" e petismo. Posteriormente, até mesmo os partidos de centro e de centro-direita estariam associados ao lado oposto. A "ideologia de gênero" também faz parte da cadeia de equivalências, englobando desde o movimento Escola sem Partido, a oposição ao “kit gay” até acusações de pedofilia. Nesse ponto é interessante ressaltar como Kalil e colaboradores (2018) notam nesta combinação a materialização no caso brasileiro da convergência entre duas racionalidades distintas identificadas por Wendy Brown (2006): o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Contudo, conforme demonstramos no primeiro capítulo, a própria autora realiza uma revisão em suas conclusões prévias, demonstrando através da análise de textos basilares da teoria neoliberal como o conservadorismo é inerente a formulação da lógica neoliberal já que derivam de uma ontologia em comum, qual seja, a defesa da moralidade tradicional como um princípio de liberdade (Brown, 2018).

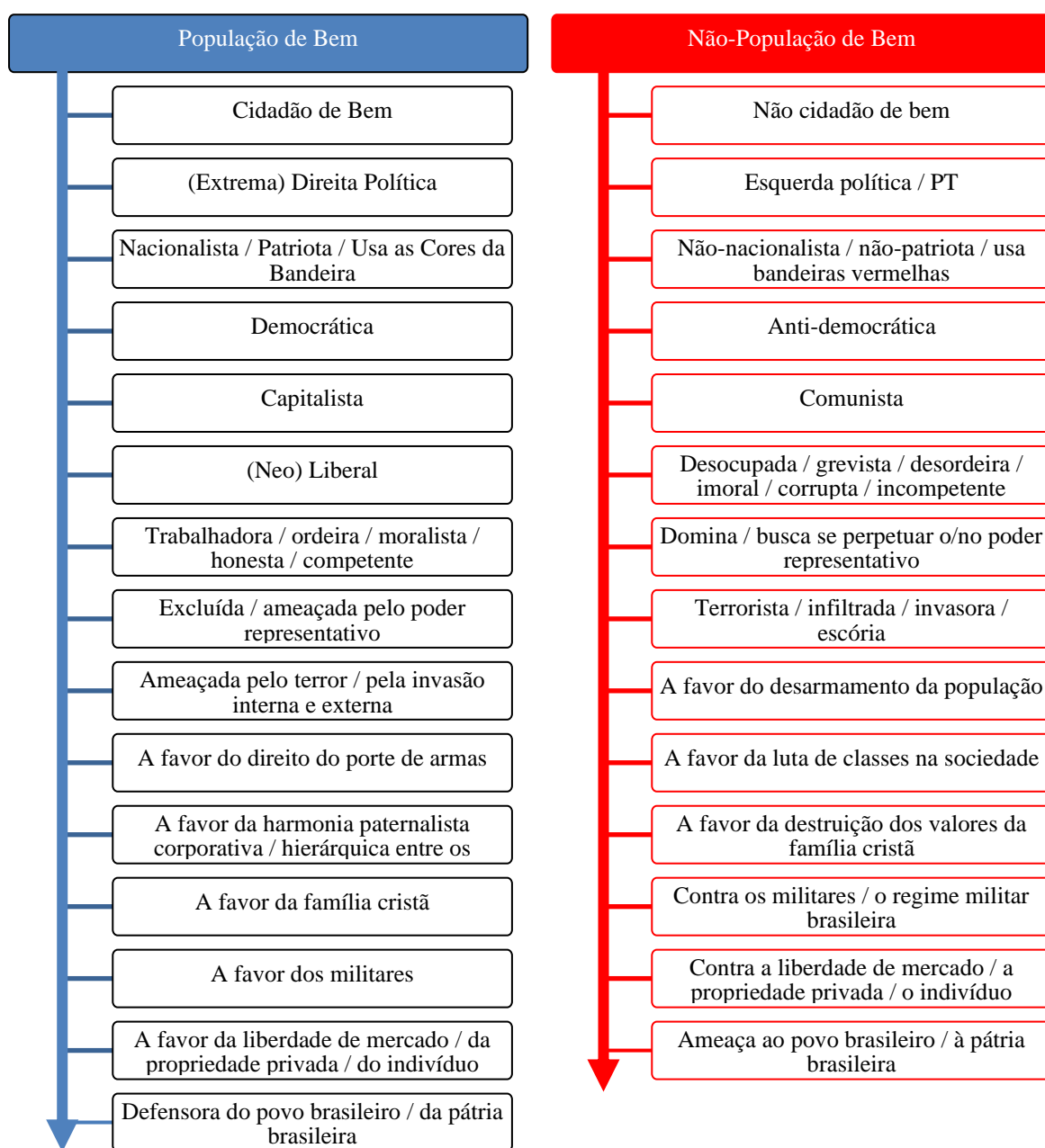


Figura 2: Organização das cadeias evolutivas do bolsonarismo. Adaptado de De Moraes, 2019.

Apesar de não utilizar um referencial teórico laclauniano, é interessante realizar um paralelo com a discussão realizada por De Moraes (2019). Trata-se de uma análise discursiva de Bolsonaro enquanto ainda ocupava o cargo de deputado federal. Foram selecionados quatro pronunciamentos na Câmara para serem analisados. A chave analítica gira em torno das refutações erísticas, marcadas pelo antagonismo extremo entre os atores em uma determinada situação comunicativa. Ocorre que, nessa chave, os discursos antagonistas não são validados

axiologicamente entre si, porém devem respeitar um contrato comunicacional existente em um script de interação, demonstrando um esforço direcionado a um terceiro, o qual seria o verdadeiro destinatário da argumentação (Emediato 2011). De Moraes (2019, p. 160) identifica o posicionamento discursivo de Bolsonaro nessa interação discordante, organizando-o a partir de cadeias enunciativas que configuram metáforas emergentes sob a fórmula argumentativa “se X é Q, logo, Y é não-Q”, onde $X = \text{não-Y}$ (Figura 2).

A nosso ver, essa representação esquemática corrobora a argumentação desenvolvida até aqui. Temos, portanto, uma representação discursiva do cidadão de bem enquanto heterossexual, neoliberal, militarista, patriótico e cristão, enquanto o não-cidadão de bem representa sua completa negação. Essa estrutura antagônica implica em uma relação política schmittiana amigo/inimigo, onde o adversário não é visto como oponente legítimo dentro do regime democrático, mas uma ameaça que deve ser eliminada simbólica ou fisicamente. Ademais, a negação no discurso bolsonarista representa uma operação cognitiva a qual remete ao funcionamento algoritmo do tipo “Se... então” (Bucher, 2018; Cesarino, 2022). Nesse sentido, é necessário pontuar que a campanha de Bolsonaro se deu quase que de maneira exclusiva em plataformas digitais, onde a interação humana passa por filtros de algoritmos que funcionam de forma a segmentar informações para nichos específicos. Seguindo as contribuições da antropóloga Letícia Cesarino (2019; 2020; 2022), é fundamental analisar os impactos dessa forma de organização a partir de um ambiente digital na configuração da identidade bolsonarista.

3.3. MECANISMOS DIGITAIS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO BOLSONARISMO.

A estratégia de campanha de Bolsonaro em 2018 foi caracterizada por uma estrutura da comunicação inovadora. Por ter sido candidato por um partido pequeno e não integrar uma coligação eleitoral, Bolsonaro não possuía quase nenhum tempo na televisão. Sua campanha operou em múltiplas escalas em ambientes digitais, notadamente o Twitter, o Facebook, o Youtube e o WhatsApp. A partir da observação dos padrões discursivos estruturantes dos conteúdos compartilhados entre os usuários dessas plataformas, Cesarino (2020), nota que havia um indicativo de algum tipo de orientação e direcionamento. Posteriormente evidenciado por investigações jornalísticas e análises de monitoramento dos grupos digitais, comprovou-se que os padrões discursivos que favoreciam o candidato eram impulsionados por perfis que

supostamente não faziam parte de sua campanha, mas eram eficazes justamente pela replicação dos usuários comuns (Cesarino, 2019. p. 535).

Crucial para a campanha era a sensação que as redes sociais promoviam de proximidade direta com o líder. Cesarino (2019, p. 535) demonstra, através da pesquisa em grupo digitais bolsonaristas, que é comum a expectativa de que o conteúdo compartilhado por eles chegue a Bolsonaro, a partir da possibilidade de viralização. Bolsonaro por sua vez alimenta esse comportamento regularmente, ao comunicar em alguma rede social que determinada medida foi tomada após considerar os pedidos dos eleitores (ibid.). Nesse sentido, as mídias digitais são o terreno mais propício para um tipo de mediação que está no cerne do populismo, produzindo um efeito paradoxal: mediam a ausência de mediação entre líder e povo (Cesarino, 2019; Mazzarella, 2019).

Acerca do conteúdo compartilhado nas redes bolsonaristas, Cesarino identifica como “ pilar constitutivo um eixo neoliberal que é obscurecido pelo eixo populista-conservador” (Cesarino, 2019. p 539). O componente neoliberal aparece de forma “sutil”, mas mostra-se sempre presente em conteúdos que remetem a noções genéricas de mérito e liberdade individual, ou através do rechaçamento a privilégios, corrupção e coletivismo, sendo esse último associado a políticas de reconhecimento (Cesarino, 2019). Ademais, conforme também notou Kalil et al (2018), a corrupção, enquanto significante vazio, é associada ao setor público, tendo como sua contraparte a iniciativa privada, associada à transparência. Outro ponto relevante é a centralidade da família, nas disputas contra a “ideologia de gênero”, que refletem a aliança constitutiva entre neoliberais e conservadores, conforme Brown (2018). O discurso bolsonarista também promove a ressignificação da luta de classes, colocando pequenos empreendedores do mesmo lado do mercado e dos grandes empresários e em oposição ao inimigo comunista. Nessa equivalência entre sociedade e mercado, o trabalhador precarizado torna-se patrão de si mesmo, ou seja, o mercado estaria contemplando os interesses do “povo” (Cesarino, 2019). Em suas palavras:

“Quando a precarização generalizada da vida vai virando regra, inclusive entre as classes médias, estas se (auto) reposicionam como subalternos dentro de um campo profundamente modificado que não prevê um lugar para a gramática do reconhecimento a não ser como um inimigo – ou, na melhor das hipóteses, um competidor por recursos escassos. Parece haver, portanto, uma retroalimentação entre neoliberalismo e conservadorismo também neste sentido: nos termos de Wendy Brown (2019: 8), ‘o rancor racializado e o sofrimento econômico das classes médias

e trabalhadoras brancas, longe de se diferenciarem do avanço [da precarização neoliberal], adquirem voz e forma a partir dele' [...] No contexto populista das inversões, essas minorias passam a ser vistas como “opressoras”: associação explicitada em termos como “ditadura gay” ou “feminazi”. Em outras palavras, o bolsonarismo ofereceu a essas pessoas uma nova identidade – a de direita e conservadora onde antes só havia ambiguidade, confusão ou insegurança. Ofereceu não apenas um rótulo, mas um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos” (Cesarino, 2019. pp. 545-546)

As mídias digitais segundo Cesarino desempenham ainda um certo papel de educadores do que significa ser de direita. Isso fica evidente em um texto que a pesquisadora recolheu em um grupo bolsonarista de WhatsApp do qual fazia monitoramento:

Quando um cara de **direita** é vegetariano, ele não come carne
Quando um cara de **esquerda** é vegetariano, ele faz campanha contra alimento a (sic) base de carne e gostaria de proibir a todos de comer carne.
Quando um cara de **direita** é homossexual, ele tem uma vida normal.
Quando um cara de **esquerda** é homossexual, ele faz apologia à homossexualidade, vai às manifestações do “orgulho gay” e acusam todos aqueles que não pensando como ele de “homofóbicos”.
Quando alguém de **direita** perde o emprego, pensa em como sair da situação e fazer todo o possível para encontrar um novo emprego.
Quando alguém de **esquerda** perde o emprego, ele vai reclamar ao sindicato, e gastará até o último dia e vai a todas as manifestações e ataques contra a direita e contra os empregadores.
(Retirado de Cesarino, 2019. Grifo no original).

Novamente podemos observar aqui a recorrência da oposição à esquerda na conformação da identidade bolsonarista. Além disso, é possível observar o componente neoliberal conservador enquanto fator estruturante do discurso, uma vez que a oposição apresentada no texto faz referência direta ao individualismo enquanto uma característica pertencente ao campo da direita. Cesarino (2019) explica que textos como este eram disseminados a partir de uma rede que se estruturava em núdulos que disparavam os conteúdos massivamente para grandes públicos interconectados entre si por determinados usuários chave. Dessa forma, a disseminação tinha certa aparência de organicidade, não obstante a sua estrutura padronizada (ibid.).

Em conformidade com os argumentos apresentados anteriormente neste capítulo, Cesarino (2019) afirma que havia no Brasil um substrato social preexistente que mantinha afinidades latentes com o bolsonarismo. É justamente em cima desse campo que o aparato digital bolsonarista, unindo a gramática neoliberal-conservadora, possibilitou a sua “nomeação”, possibilitando uma nova forma de identificação, a partir de conexões parciais, com diferentes segmentos eleitorais. É a estrutura caleidoscópica de conexões parciais do

discurso de que consolidou o que Cesarino (2019) chamou de “corpo digital do rei”, onde todas as particularidades foram convertidas em unidade, cristalizadas na figura de Bolsonaro.

Tendo em vista a centralidade que as redes sociais assumiram no que tange à mobilização política, Cesarino (2020) propõe o conceito de populismo digital como chave explicativa para este fenômeno. Assim, populismo digital consistiria na articulação de um aparato midiático (digital), um mecanismo discursivo (de mobilização), e uma tática (política) de construção de hegemonia (Cesarino, 2019a; 2020). Para pensar a digitalização do populismo, a antropóloga sugere uma combinação entre a teoria de Laclau e Mouffe com a cibernética e a teoria de sistemas. Segundo a autora, é possível encontrar características ressonantes entre o populismo e abordagens de sistemas tais como o caráter relacional, binário, reducionista, performativo, por exemplo.

O processo de redução da complexidade está presente em teorias de sistema como a de Luhmann (1995), por exemplo. Para Cesarino (2020), é possível interpretar essa teoria como um mecanismo de redução da complexidade através do binarismo amigo/inimigo, tendo em vista a estabilização de um sistema líder-povo isolado em um contexto de ameaça. A redução é necessariamente seletiva, configurando um processo semelhante ao que Laclau descreve em uma cadeia de equivalências onde elementos particulares das demandas são minimizados frente às características mais amplas. Esse processo é análogo, também, à dinâmicas agregadoras presentes em redes sociais como hashtags, por exemplo (Cesarino 2020, p. 102).

Uma diferença fundamental do populismo em sua versão digital é que o líder compartilha o mecanismo populista para seus seguidores que passam a reproduzi-lo por conta própria. Esta característica é potencializada pela capacidade dual das redes sociais de, ao mesmo tempo, produzir equivalência - entre indivíduos inicialmente desconexos - e diferença - a partir de bolhas digitais criadas nesses espaços (Gerbaudo, 2018; Cesarino, 2020). Líder e povo são co-constituídos através desse ambiente digital. Reforça-se, assim, a ideia de que mecanismos de intermédio como as instituições são desnecessários e até mesmo um entrave ao processo democrático, equacionando a vontade do povo incorporada na figura do líder à democracia. Assim, as mediações institucionais são gradativamente abandonadas frente ao populismo.

Uma hipótese levantada por Cesarino (2022) é que as mudanças na infraestrutura midiática podem estar no cerne das dissonâncias com os modelos normativos da democracia e da esfera pública neoliberais. É importante ressaltar que a autora utiliza o termo “affording”

como forma de indicar que a mídia não causa diretamente este processo, mas “propicia” um ambiente onde tensões dessa ordem podem surgir. Os públicos anti-estruturais, nesse sentido, englobam os populismos, no campo da política, bem como os conspiracionismos, negacionismos e desinformação no campo epistêmico.

Esses grupos operam a partir do que Chun (2021) nomeou de “hegemonia invertida”. Isto é, a identificação estabelecida entre eles não se dá pela aceitação de uma visão de mundo dominante, mas pela insatisfação de diversas minorias, cada qual ligada a um tema específico, em oposição ao “mainstream” (Chun, 2021. apud. Cesarino, 2022. p. 168). No caso brasileiro, a união neoliberal-conservadora representada pelo bolsonarismo vêem a si mesmo como uma espécie de “contra-contrapúblico”, que apenas reage à ocupação dos grupos que eles identificam como marxistas, ou socialistas, ou progressistas. Ao tensionar a normatividade social e política, o bolsonarismo não tem por objetivo a criação de uma realidade completamente nova, mas sim, a sua inversão completa (Cesarino, 2022).

Nesta caracterização da realidade ao avesso, verdade e falsidade também deixam de ter sua codificação fundamentada em princípios epistemológicos e científicos. A pós-verdade passa a estruturar uma nova camada da realidade, onde a sociedade passa a ser vista como um domínio da mentira e da manipulação (ibid.). Golumbia (2018) compara este aspecto mais radicalizado com estruturas de seitas. Cesarino (2022), por sua vez, utiliza a metáfora do “red pill” que no filme Matrix é responsável pela torção da realidade, onde o que era fato torna-se ficção e vice-versa.

É fundamental ressaltar o caráter profundamente neoliberal que opera por trás dessa inversão. Nesse sentido, o senso de liberdade através do que Zoonen (2012) denomina como eu-pistemologia influencia os sujeitos à convicção de que sua própria experiência pessoal baseada em seus sentidos constituem sua forma de acessar o real. Aliado a isso, encontra-se um modelo de exploração da economia da atenção e da mais valia comportamental (Zuboff, 2019), que representa virtualmente o modelo de negócios de qualquer rede social, mediados por algoritmos que estimulam ainda mais uma personalização em segmentos de conteúdos, de modo que chega-se a um ponto em que cada indivíduo acredita que o seu mundo é o único mundo real (Cesarino, 2022). Nesse sentido:

Circunscritos aos públicos bolsonaristas, o influenciado acabará, em suas “pesquisas” pela internet, sempre se deparando com um resultado alinhado com a gramática do influenciador, uma vez que este, como veremos, controla indiretamente o viés do ambiente. Isso ocorre não apenas porque os algoritmos lhe entregarão um espelho de si mesmo: a já conhecida retroalimentação entre o “viés de confirmação” psicológico e o feedback positivo dos algoritmos de base homofílica (CHUN, 2021). Esse alinhamento se mantém porque, mesmo quando estiver no campo do inimigo, o usuário olhará para a mesma coisa, mas a verá através de uma inversão figura-fundo: aquilo que realmente existe por trás de um suposto véu de engano. É o aparato da plataformização que possibilita a consistência dessas inversões, do ponto de vista do usuário individual: a confiança inabalável numa “mídia alternativa” que traz as “verdades” que o “establishment” esconde. (Cesarino, 2022. p. 180)

A despeito dos vieses que assumem, os sistemas algorítmicos das plataformas digitais são, em essência, um conjunto de códigos que necessitam de engajamento para funcionar. Nessa perspectiva, Cesarino e Nardelli (2021) argumentam que no caso do bolsonarismo, o acionamento dos ambientes digitais funciona a partir de uma tática que visa introduzir um território de guerra, bifurcado no código amigo/inimigo e caracterizado por uma constante sensação de ameaça existencial. Conforme exposto no capítulo anterior, Laclau define que uma das características principais na mobilização populista é a dimensão afetiva, nos parece que há uma ressonância desse entendimento para as mídias digitais. Inicialmente, Solano (2018) identifica o ódio como o principal afeto mobilizado pelo bolsonarismo. Contudo, Cesarino (2022) argumenta que quando observados a partir de dentro, há uma camada extra de complexidade nos grupos bolsonaristas, uma vez que são trabalhados também afetos positivos quais sejam: esperança, amor à pátria, justiça.

O ressentimento, por outro lado, para Cesarino, é um afeto relativo. Há uma convergência de parte da literatura sobre trumpismo e bolsonarismo na direção de entender o ressentimento como um afeto capaz de crescer de modo a transpassar múltiplos segmentos sociais, cada qual com seu ressentimento particular (Brown, 2018; Kehl, 2020; Pinheiro-Machado; Scalco, 2020). Segundo a autora, é dentro da estrutura de afetos mobilizada pelo ressentimento que podem ser encontrados os dois eixos principais da “máquina de ressonância bolsonarista”: neoliberalismo e conservadorismo (Cesarino 2019; Cesarino, 2022). O neoliberalismo opera a tradução do ressentimento para uma gramática de mercado, ao mesmo tempo que a gramática bolsonarista opera a convergência do ressentimento econômico com a moralidade. Assim, os impostos tornam-se o símbolo central de uma apropriação injusta, transferindo recursos dos merecedores para os não merecedores. Esse ressentimento econômico

é transformado a partir do discurso bolsonarista na criação de bodes expiatórios: o parasita, o bandido, o vagabundo, o corrupto. As elites ilegítimas precisam ser retiradas de cena para que o “povo” possa prosperar através do mérito. A figura do líder populista, então, surge como aquele capaz de recuperar o sistema corrompido (Cesarino, 2020; Cesarino, 2022).

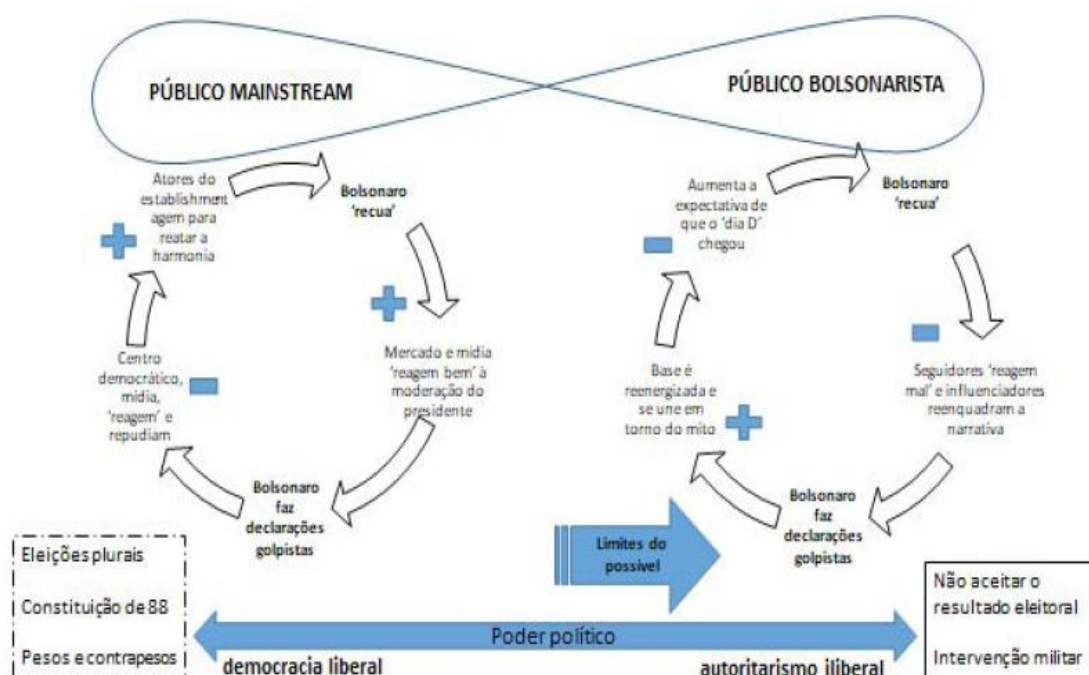


Figura 3 – Ciclos e tensões cismogênicas. Retirado de Cesarino, 2022.

Um último aspecto a ser abordado diz respeito à atuação de Bolsonaro enquanto presidente. Cesarino enxerga uma forma de agir paradoxal: um chefe de Estado que não governa, um soberano que não possui poder decisório, um líder antiestablishment que opera usufruindo do próprio sistema contra o qual se opõe, uma figura messiânica que nunca cumpre sua promessa de ruptura (Cesarino, 2022). Para a autora, essas contradições fazem sentido quando se percebe que o real objetivo de Bolsonaro não é seguir a normalidade do rito democrático, mas criar as condições para sua corrosão gradativa e possível ruptura. Nesse sentido, o bolsonarismo enquanto categoria de um grupo antiestrutural é de extrema relevância. Para representar esquematicamente como funciona esse processo, Cesarino (2022) elaborou um diagrama (Figura 3) que ilustra o que ela chama de “ciclo de tensão cismogênica”.

O esquema apresentado por Cesarino (2022) é resultado da observação da autora de uma publicação que o cientista político Christian Lynch realizou em uma rede social. Nela, Lynch ilustrou, através do primeiro ciclo (público *mainstream*), sua percepção sobre a dinâmica discursiva por trás das manifestações de rua pró-Bolsonaro que ocorreram no dia 7 de setembro de 2021. O esquema representa distintas fases de um “ciclo de tensão cismogênica” (Cesarino, 2022, p. 182). O ciclo se inicia com uma escalada gradativa de tensão política, que teve seu ápice nas declarações golpistas realizadas por Bolsonaro durante as manifestações. Essa tensão acarretou um período de agitação social com episódios de radicalismo por parte de seus apoiadores (bloqueios de estradas por caminhoneiros, por exemplo) e terminou após um recuo de com a declaração redigida por Michel Temer para Bolsonaro.

Por sua vez, o ciclo à direita foi elaborado por Cesarino ilustrando a mesma dinâmica, porém “ao avesso”, conforme o ponto de vista antiestrutural dos grupos bolsonaristas. As setas abaixo dos ciclos foram uma contribuição de Pedro Nardelli para o esquema da autora. Nesse sentido, o efeito cumulativo desses ciclos seria sugestivo de um movimento de expansão gradual dos limites do pensável na direção antiestrutural, fragilizando os processos democráticos e aumentando as chances de uma possível ruptura (Cesarino, 2022). A aparente inconsistência entre ameaça e recuo revela, segundo Cesarino, na realidade, uma tática que tem por objetivo a corrosão interna das instituições democráticas (ibid.).

As declarações golpistas de Bolsonaro produzem efeitos simultâneos e distintos nos dois grupos. Operando sempre na chave da dualidade invertida, Cesarino (2022) explica que, enquanto no público *mainstream* cresce uma tensão negativa expressa em repúdio, nos públicos bolsonaristas cresce uma tensão positiva da mobilização pelo líder. A resposta institucional por parte do sistema político visa reconstruir a harmonia, enquanto nos grupos antiestruturais aumenta a expectativa de uma ruptura iminente. Da mesma forma, os momentos de recuo produzem efeitos espelhados: enquanto o público *mainstream* experimenta uma sensação de alívio, os públicos bolsonaristas experienciam a decepção.

Nesses momentos de recuo, as plataformas bolsonaristas e seus influenciadores atuam para reenquadrar a narrativa, adaptando-a para os diversos segmentos de seu público. Para os moderados, Bolsonaro é apresentado como um estadista que evitou o caos pretendido pela esquerda, enquanto para os mais radicais, trata-se de um recuo estratégico para melhorar o plano para o “o dia D” (Cesarino 2022). Os ciclos se completam quando o público *mainstream* é convencido pelo discurso de moderação, permitindo que o processo recomece a partir de uma

nova rodada de declarações antidemocráticas. O que ocorre, então, é a manutenção de uma constante tensão com as instituições ao mesmo tempo em que se mantém mobilizados seus apoiadores.

Analisando sob a luz da teoria laclauniana, perseguimos o argumento de que os ciclos descritos acima são fundamentais para demonstrar a conformação e a manutenção da identidade política bolsonarista. A nosso ver, eles operam como um mecanismo de constante rearticulação de significantes vazios e reforço das fronteiras antagônica que servem para manter e reforçar a estrutura discursiva que sustenta a identidade do movimento. Em especial, quando ações concretas contradizem as expectativas previamente geradas, o discurso é alterado para mobilizar novos significantes vazios e construir uma nova fronteira. A lógica digital potencializa esse efeito através de seus algoritmos que reforçam os padrões afetivos de acesso aos conteúdos, reforçando o antagonismo em mecanismos de “bolhas”.

Nesse sentido, o estudo sobre o bolsonarismo demonstra que estamos lidando com uma nova forma de mobilização de identidades políticas diretamente atravessada pelo contexto digital. O ambiente propiciado pelas novas mídias digitais proporciona um terreno sobre o qual, a nosso ver, a gramática neoliberal-conservadora não só prospera, como também se articula e se co-constitui enquanto baliza de uma racionalidade que acreditamos estar evidenciada no caso apresentado aqui. Essa articulação é resultado de uma ontologia compartilhada, na qual o ressentimento econômico, enquanto dimensão afetiva mobilizadora da política (Laclau, 2005), pode ser traduzido em termos morais e vice-versa.

A infraestrutura das redes sociais, baseada na economia da atenção e na exploração da mais-valia comportamental (Zuboff, 2019), potencializa ainda mais a racionalidade neoliberal-conservadora como fator estruturante nos mecanismos discursivos populistas. Quanto mais polarização e antagonismo, mais engajamento é gerado, mais o discurso é disseminado e, por conseguinte, maior é o ganho econômico das empresas que administram essas plataformas. Isso porque o modelo de negócios das redes sociais é inteiramente focado na maximização dos lucros através da captura da atenção, privilegiando a individualização da forma com que se experiencia o real e tornando os próprios indivíduos suas mercadorias. O ambiente digital, portanto, tem se mostrado propício à amplificação das divisões sociais em detrimento do debate democrático, o que serve tanto aos objetivos econômicos dos grandes empresários do ramo tecnológico quanto aos movimentos populistas que surgem nesse processo.

CONCLUSÃO

O percurso analítico desenvolvido ao longo desta dissertação demonstrou como a racionalidade neoliberal-conservadora opera na conformação de identidades políticas contemporâneas. Isso pois, conforme argumentamos, o conservadorismo não representa meramente um elemento contingencial que se agrega ao neoliberalismo em determinados contextos históricos, mas constitui parte fundamental de sua própria formulação enquanto racionalidade política. É nesse sentido que a análise do fenômeno do bolsonarismo, enquanto manifestação paradigmática desta articulação, nos permitiu compreender como diferentes elementos - econômicos, morais e tecnológicos - se entrelaçam na constituição de uma nova forma de mobilização política.

Buscamos desenvolver no primeiro capítulo um entendimento de que as transformações nas relações de poder entre os Estados, com a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, representam o primeiro passo para a materialização das políticas neoliberais através da reconfiguração interna aos Estados promovida na esteira desse processo. É nesse contexto que, a partir da revisão dos textos fundamentais do pensamento neoliberal segundo a leitura de Wendy Brown, demonstramos que mercado e moral tradicional compartilham uma mesma ontologia. Isso pois, conforme demonstra a autora em sua análise dos textos de Hayek, ambos são concebidos como ordens que evoluem espontaneamente através da tradição. Para além de uma simples coexistência, a liberdade no pensamento hayekiano é moldada pela própria tradição, de maneira que uma sociedade verdadeiramente livre seria aquela profundamente enraizada em valores tradicionais. Daí decorre um problema político central: o individualismo apregoado por essa tradição é incompatível com os valores de uma vida coletiva necessários para a cultura democrática. É justamente nesta incompatibilidade que reside a força do ataque neoliberal ao "social", uma vez que seu objetivo é atomizar as relações sociais, dissolvendo qualquer forma de solidariedade coletiva em favor de um individualismo radical legitimado pela tradição.

Em continuidade, no segundo capítulo exploramos a partir de um referencial teórico desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, de que maneira as identidades políticas são constituídas. Demonstramos o debate filosófico o qual o autor sustenta a impossibilidade de uma totalização última do social. Assim, as identidades são necessariamente precárias e transitórias, dependendo da articulação de diferentes demandas através de cadeias de equivalência e da construção de fronteiras antagônicas. É nesse contexto que a dimensão afetiva

emerge como elemento central, uma vez que a identificação com determinados significantes vazios depende de um investimento emocional capaz de cristalizar diferentes demandas em torno de símbolos ou figuras que passam a representar a totalidade dos desejos do que seria um ideal de sociedade.

O terceiro capítulo demonstrou como o bolsonarismo emergiu de uma configuração particular entre elementos conjunturais particulares da sociedade brasileira e estruturais da conjuntura política internacional. A reconfiguração social promovida pelos governos do PT nas primeiras décadas do século XXI, marcada pela diminuição da miséria e ascensão de uma nova classe consumidora, gerou um ressentimento nas elites e classes médias que se sentiram ameaçadas. O bolsonarismo capturou de certa forma esse sentimento, mobilizando uma construção discursiva que opera através da articulação de diferentes demandas principalmente em torno do significante "cidadão de bem", estabelecendo uma fronteira antagônica com os "esquerdistas". Esta divisão foi fundamental para a conformação da identidade bolsonarista, uma vez que permitiu a articulação de diferentes grupos, tais como evangélicos, militares, ruralistas e classes médias urbanas, em uma cadeia de equivalência que os unia enquanto um grupo, o "povo". É neste contexto que, conforme argumentamos, a gramática neoliberal-conservadora encontra nas mídias digitais não apenas um meio de disseminação, mas um ambiente que tem proporcionado a construção de identidades políticas ligadas a populismos de direita. Isso pois, conforme argumenta Cesarino a partir do conceito de populismo digital, as características específicas das redes sociais quais sejam, seus algoritmos baseados na economia da atenção e na exploração da mais-valia comportamental, potencializam o antagonismo e a polarização que são centrais na lógica populista. Elas operam ciclos de tensão cismogênica, revelando um mecanismo de manutenção da identidade política através da constante rearticulação do discurso, processo este que é amplificado pela lógica algorítmica das plataformas digitais.

Compreendemos a partir deste trabalho que a forma como as identidades políticas são construídas e mobilizadas estão sendo impactadas diretamente pela racionalidade neoliberal-conservadora que está embutida algorítmicamente na infraestrutura das redes digitais de comunicação. Pois, é justamente dessa forma que coincidem a maximização dos ganhos econômicos das grandes empresas de tecnologia coincide com os interesses dos movimentos populistas que emergem neste contexto, ambos sendo beneficiários da radicalização do antagonismo social. Esta pesquisa abre, portanto, importantes caminhos para investigações futuras sobre as transformações nas formas de constituição e mobilização de identidades

políticas na era digital. É necessário aprofundar a análise sobre como a infraestrutura das redes sociais modifica qualitativamente os processos de identificação política. Elas representam um paradoxo contemporâneo, que, no entanto, já estava presente na gênese do neoliberalismo: uma visão de liberdade irrestrita que vem corroendo gradualmente os modelos de democracia liberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABILIO, Ludmila Costhek.** Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
- AGULLÓ, Joan.** Sociologia do bolsonarismo: genealogia de uma reação brasileira. In: **Extrema-Direita e Neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. [S.l.: s.n.], 2023. p. 313-337.
- ARRIGHI, Giovanni.** **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros; ARAÚJO, Sinval Silva de.** O Bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 116154-116169, 2021.
- BENJAMIN, Walter.** **Reflections: Essays, aphorisms, autobiographical writings**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978.
- BROWN, Wendy.** American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.
- BROWN, Wendy.** **Apocalyptic Populism**. Eurozine, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BROWN, Wendy.** **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2018.
- BROWN, Wendy.** O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: **ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Orgs.). Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguela, 2021.
- BUCHER, Taina.** **If...then: Algorithmic power and politics**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BURITY, Joanildo A.** Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: **MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Luis Pedro (Orgs.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.
- CALHOUN, Craig.** Populist Politics, Communications Media and Large Scale Societal Integration. **Sociological Theory**, v. 6, n. 2, p. 219-241, 1988.
- CESARINO, Letícia.** Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, p. 162-188, 2022.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CESARINO, Letícia; NARDELLI, Pedro HJ. The hidden hierarchy of far-right digital guerrilla warfare. **Digital War**, v. 2, n. 1, p. 16-20, 2021.

CHAMBERS, Samuel. *The lessons of Rancière*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHUN, Wendy Hui Kyong. *Discriminating data: correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition*. Cambridge: MIT Press, 2021.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert W. *Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press, 1987.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EMEDIATO, Wander. Discurso e web: as múltiplas faces do Facebook. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

GIDDENS, Anthony. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.

GOLUMBIA, David. *The politics of Bitcoin: software as right-wing extremism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

- GRAMSCI, Antonio. Selections from the Prison Notebooks.** New York: International Publishers, 1971.
- HABERMAS, Jürgen. The Theory of Communicative Action.** Boston: Beacon Press, 1987.
- HAMACHER, Werner.** Afformative, Strike: Benjamin's 'Critique of Violence'. In: **WEBER, Samuel (Ed.). Benjamin's -abilities.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.
- KALIL, Isabel et al. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.
- KEHL, Maria Rita. Ressentimento.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- LACLAU, Ernesto. A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2005.
- LACLAU, Ernesto. Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios, 2015.
- LACLAU, Ernesto; ZAC, Lilian.** Minding the Gap: The Subject of Politics. In: **LACLAU, Ernesto (Ed.). The Making of Political Identities.** London: Verso, 1994.
- LEFORT, Claude. Democracy and Political Theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- LOURENÇO, Eduardo S.** Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 447-475, 2015.
- LUHMANN, Niklas. Social Systems.** Stanford: Stanford University Press, 1995.
- MARCUSE, Herbert. One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society.** Boston: Beacon Press, 1964.
- MAZZARELLA, William.** The anthropology of populism: Beyond the liberal settlement. **Annual Review of Anthropology**, v. 48, p. 45-60, 2019.
- MORAIS, Aline R. A.** O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.
- MOUFFE, Chantal. On the Political.** London: Routledge, 2005.
- MOUFFE, Chantal. The Democratic Paradox.** London: Verso, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. The Will to Power.** New York: Random House, 1968.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

- NORTON, Anne.** *Leo Strauss and the Politics of American Empire*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- PANIZZA, Francisco (Ed.).** *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia.** Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.
- POMPEIA, Caio.** *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2020.
- SCHMITT, Carl.** *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- SLUGA, Hans.** *Politics and the Search for the Common Good*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SOLANO, Esther.** *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- TANSCHKEIT, Talita.** Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil. *Journal of Language and Politics*, v. 22, n. 3, p. 324-341, 2023.
- URBINATI, Nadia.** *Democracy Disfigured: Opinion, Truth and the People*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- VARGAS, André L. B. et al.** O discurso político de Bolsonaro: Cidadãos de bem, segurança e moral. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- ZOONEN, Liesbet van.** I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.
- ZUBOFF, Shoshana.** *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. London: Profile Books, 2019.